

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

Atendendo às disposições da legislação societária, normas pertinentes e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, referente às atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2009 e que será, pertinentemente, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

1. ESTRATÉGIAS DA GESTÃO EM SANEAMENTO

O setor de saneamento básico, no Brasil, teve seu marco regulatório institucionalizado pela Lei 11.445/07. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desde essa referência, vem através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR e da CORSAN, originando e fortalecendo as implantações de técnicas de planejamento e gestão corporativa, pautando para o território gaúcho, uma verdadeira revolução quanto a expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Pelos números da gestão se verifica investimentos mais relevantes em esgotamento sanitário, embora este não apresente a mesma eficiência no retorno quanto àqueles realizados em água, denotando, assim, o zelo da instituição com a saúde das comunidades e o respeito e cuidados com o meio ambiente.

Neste exercício de 2009, a política de gestão da Companhia esteve permanentemente focada e integrada, também, na continuidade da implementação do Programa Estruturante Saneamento em Ação, no qual o Governo do Estado do RS, através da SEHADUR, estabeleceu como meta aumentar a disponibilização de coleta e tratamento de esgoto sanitário, de 13% para 30% nos domicílios e nos municípios que são concessionários da empresa, atualmente se atingiu 16% e se tem o prazo final, até dezembro de 2010, para complementação, visando viabilizar o projeto, que assegurará qualidade de vida, melhores condições de saúde e cuidados com o meio ambiente a milhões de gaúchos. Ainda restam R\$ 953 milhões a serem investidos, dos quais, mais da metade, com recursos próprios e o restante oriundo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

No presente período, foram implementadas ações, das quais se pode destacar o aperfeiçoamento da aplicação do princípio da economicidade de escala nas compras, via centralização dos procedimentos de licitação, contratação de materiais e serviços e adoção da modalidade de Pregão Eletrônico que propiciou, em média, 40% de deságio entre os preços estimados e os contratados, no mês de dezembro de 2009. Houve ampliação da micromedição com a instalação de 163.000 novos hidrômetros e redução de perdas físicas e de faturamento, cujos benefícios e resultados permitiram melhor aferir a comercialização de água tratada; ampla recuperação de recebíveis junto à órgãos públicos, com encontros de contas no valor de aproximadamente R\$ 20 milhões; avanço em melhoria no relacionamento com o cliente, através da futura implantação, em 2010, do projeto CORSAN 24 Horas via callcenter; renovação do quadro funcional, através de concurso público e com anuência do Governo do Estado do RS, de 438 empregados; manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Participação nos Resultados – PPR aos empregados e o reaparelhamento tecnológico da Empresa, com a instalação de 1.210 novos computadores, 70 notebooks e 75 estações de autocad.

2. ANÁLISE CONJUNTURAL

2.1 CONTEXTO LEGAL

A saúde é direito de todos, conforme Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Consta na Carta Magna, no artigo 196, que deve ser garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. As atividades-fins da CORSAN são universalizadas através do artigo 200 da CF, inciso IV, onde consta que o Sistema Único da Saúde deve participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico. O texto constitucional remete à Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, mais especificamente no que se refere às atribuições comuns verificadas no artigo 15 onde consta que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as atribuições de participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente e propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente.

2.2 AMBIENTE REGULATÓRIO

Os serviços públicos prestados pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN através do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR, são regulados pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, a qual estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Compete à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS - AGERGS regular os novos contratos assinados entre a CORSAN e os municípios gaúchos, referentes à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, firmando convênios entre a Agência Reguladora e os Municípios. Atribui-se ao Município a fiscalização, cabendo à AGERGS a homologação de tarifas, definição de padrões de qualidade dos serviços e mediação de conflitos. Os contratos asseguram a qualidade dos serviços e as garantias para o aporte de recursos financeiros para novos investimentos.

2.3 ANÁLISE DE MERCADO

A Companhia está num ambiente no qual o mercado é operado através do regime de concessão pública, que entre outros atributos, analisa a capacidade de operação e a qualidade da prestação dos serviços às comunidades, portanto é regido pelo artigo 175 da Constituição Federal, o qual incumbe ao Poder Público na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, através das modalidades de licitação, a prestação de serviços públicos. O Poder Concedente, que são os Municípios, juntamente com as Agências Reguladoras, em conformidade com o artigo 241 da Constituição, estipulam o caráter especial do contrato e da prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados. A prestação dos serviços de saneamento básico, no Brasil, encontra-se concentrada principalmente em operadores públicos, que atendem aproximadamente 90% da população urbana com o abastecimento de água, sendo que em torno de 50% dos domicílios urbanos estão conectados à rede de coleta de esgotos e destes, apenas 20% recebem alguma forma de tratamento. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços com 349 localidades, na área de jurisdição de 314 Municípios, onde atua nos serviços de abastecimento de água e mantém contratos nos serviços de esgotamento sanitário em 159 localidades. O equilíbrio e a manutenção do mercado é viabilizada através da política econômica de subsídio cruzado, necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades gaúchas, principalmente àquelas menos aquinhoadas economicamente.

2.4 CONCORRÊNCIA

Na área de saneamento do Rio Grande do Sul, os organismos (autarquias e companhias) municipais são responsáveis pela prestação dos serviços nos municípios de Bagé (Departamento de Água e Esgotos de Bagé - DAEB), Caxias do Sul (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE), Novo Hamburgo (Serviços de Água e Esgoto de Novo Hamburgo - COMUSA), Pelotas (Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas - SANEPE), Porto Alegre (Departamento Municipal de Água e Esgotos - DMAE), Santana do Livramento (Departamento de Água e Esgotos - DAE) e São Leopoldo (Serviço Municipal de Água e Esgotos - SEMAE). As prefeituras e outros operadores independentes atuam em sistemas de abastecimento de água de 182 municípios, sendo esses serviços prestados por associações, cooperativas e outras iniciativas, criadas a partir de programas de saneamento rural. A CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, uma vez que abrange a maioria dos sistemas e possui relevante capacidade de geração de economia de escala, com variados níveis de complexidade de operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões. Diferentemente das demais companhias estaduais de saneamento do Brasil, não mantém contrato de concessão com o Capital do Estado, fato que impõe padrão de operação e comercialização singular pela inexistência dessa economia metropolitana.

2.5 FOCOS DA GESTÃO

Por orientação basilar do Governo do Estado, através da SEHADUR, a gestão da Companhia se fundamenta na manutenção de alguns indicadores como de qualidade e eficiência, mas tem foco contínuo no aprimoramento tecnológico, no respeito à vida e ao meio ambiente. As principais estratégias são:

- Manutenção em alto padrão de qualidade da água e dos serviços;
- Otimização das aquisições de compras de materiais e contratações de serviços em nível corporativo;
- Otimização da micro e macro medições de consumo e faturamento;
- Adoção de sistema de tecnologia móvel de leitura e faturamento;
- Aprimoramento operacional para redução de perdas de água nos sistemas;
- Monitoramento do consumo de energia elétrica com adequação de contratos de fornecimento;
- Implementação de sistema supervisão digital para operação e tratamento de efluentes líquidos;
- Programa de prevenção de riscos ambientais;
- Consolidação socioambiental às comunidades;
- Programa de Participação nos Resultados - PPR;
- Implantação do Modelo de Excelência de Gestão – MEG em unidades organizacionais;
- Implantação do Sistema de Gestão Integrado de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho;
- Projeto de atendimento ao público externo 24 Horas.

3. SINOPSE DO DESEMPENHO

No ranking das 100 Maiores do Rio Grande do Sul, a CORSAN já ocupava em 2008, o décimo sexto lugar, no atributo valor ponderado de grandeza, conforme dados da Revista Amanhã – Gestão, Economia e Negócios, (nº 257, ano 22, 2009, página 176). Se esclarece que como ponderação, a revista atribuiu 50% para o patrimônio líquido, 40% para a receita bruta e 10% para o lucro líquido do exercício. A classificação obtida junto a mesma fonte, mas quando se trata das 500 Maiores Empresas do Sul, independentemente, do ramo de atividade e se considerando a mesma ponderação, a Companhia atinge o 46º lugar. Quando o foco é o Patrimônio Líquido e Receita Bruta, a posição passa a ser o 10º e 20º lugares, respectivamente, portanto inserida no ranking das 50 Maiores.

No setor de serviços públicos de saneamento, estava classificada em 2º lugar quando se pauta a Receita Bruta, a qual atingiu a marca de R\$ 1.188 milhões. Situada entre as dez maiores empresas de saneamento do Brasil, a CORSAN presta serviços com excelência no abastecimento de água às comunidades gaúchas, tendo como suporte novos padrões de Gestão voltados ao cliente. Para que isto se tornasse realidade, buscou-se o aperfeiçoamento dos recursos humanos, o domínio de tecnologias e harmonização dos recursos disponibilizados, sob a pauta do Contrato de Gestão implementada pelo acionista majoritário, o Governo do Estado e desta forma, conforme a Revista Exame – Melhores & Maiores, (julho/2009, página 158) a Empresa ficou classificada entre as 500 Maiores Empresas do Brasil, no lugar 350º, no que se refere a Rentabilidade (27,6%), com dados de 2008.

A Revista Conjuntura Econômica (agosto/2009, volume 63, nº 08, página 76) classifica a Companhia entre as maiores sociedades anônimas, ocupando o lugar 152º, entre todos os ramos de atividades, mas, quando se trata da posição, específica de saneamento, distingue-se a CORSAN em 1º lugar, no atributo rentabilidade sobre o patrimônio líquido, o qual expressa 28,71%. No periódico Valor Grandes Grupos 200 Maiores, (dezembro/2009, ano 8, número 8, página 32) a CORSAN prestadora de serviços é apontada em 2008 em 174º lugar, entre todas as áreas de atividades, destacando-se mais uma vez, no atributo rentabilidade, ratificando o desempenho apontado pela Revista Conjuntura Econômica, em 28,7%. Os indicadores a seguir, pontuam os esforços da Gestão Corporativa, no sentido de atingir as metas e eficiência na prestação de um serviço com qualidade e voltado à comunidade, primando pelos cuidados com a saúde e o meio ambiente. Registra-se também, uma síntese das apreciações realizadas pelas principais revistas do país, antes citadas:

- Lucratividade entre as 500 Maiores Empresas do Brasil;
- 1º em rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido no ramo de saneamento do Brasil;
- 200 mil pessoas com novos acessos a água tratada em 2009;
- 52% dos investimentos realizados com recursos próprios;
- Milhares de gaúchos estimulados à ações socioambientais;
- Celebração de 126 Contratos de Programa com os Municípios até 2009.

Neste exercício os serviços prestados pela CORSAN foram estendidos a 63.618 novas economias com abastecimento de água, beneficiando aproximadamente, 200.000 pessoas. A coleta de esgoto sanitário propiciou um aumento de 15.008 economias, atendendo a 48.000 indivíduos.

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2009	2008	%
Total Economias Água	ECO	2.268.576	2.204.958	2,9
Total Economias Esgoto	ECO	246.271	231.263	6,5
Empregados em Atividade	Pessoas	4.703	4.397	7,0
Volume Disponibilizado	1.000 m³	506.581	516.895	-2,0
Receita Operacional	R\$ milhões	1.289,0	1.187,9	8,5
Custos dos Serviços	R\$ milhões	677,0	574,0	17,9

4. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

A eficiência da gestão da Companhia foi reconhecida pelas Comunidades e demais setores da administração pública do Estado, materializada em diversos reconhecimentos e premiações, conforme se explicita a seguir:

- Prêmio Top de Marketing ADVB/RS Case 2009, categoria Top Responsabilidade Social - Empresas Públicas ou Privadas, case, O Uso Consciente das Ideias;
- Prêmio Top de Marketing ADVB/RS Case 2009, categoria Serviços Públicos – Empresas Públicas, case, Gestão que se Transforma em Cidadania;
- Troféu Responsabilidade Social - Destaque RS 2009 - Assembléia Legislativa do RS no âmbito das Entidades Governamentais, case, Resultados que Melhoram Vidas;
- CORSAN, marca mais lembrada e também a preferida na pesquisa Marcas de Quem Decide - Mais Lembrada e Preferida 2010, entre Empresas Públicas;
- 17 reconhecimentos e manutenções de certificações conquistadas no ano de 2009.

O resultado das avaliações externas foi traduzido em reconhecimentos conquistados pelas Unidades Organizacionais em 2009:

PORS 2009 (PGQP)

- Medalha de Bronze Nível I – Unidades de Saneamento de Lajeado e Estância Velha e Companhia de Indústrias Eletroquímicas CIEL;
- Troféu Bronze Nível II – Unidades de Saneamento de Cidreira, Lagoa Vermelha, Não-Me-Toque, Palmitinho e Viamão;
- Troféu Prata Nível II – Unidades de Saneamento de Canoas e SITEL.

PNQS 2009

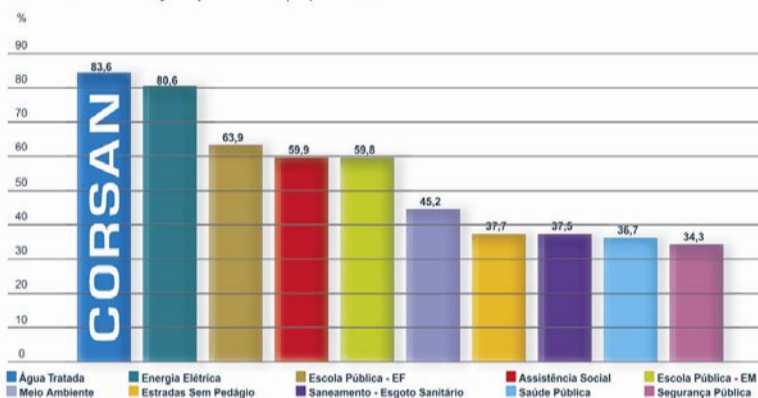
- Distinção PNQS Nível I – Unidades de Saneamento de Não-Me-Toque, Nova Petrópolis, Palmitinho e Taquara;
- Distinção PNQS Nível III – SITEL;
- Troféu Bronze Nível I – Unidade de Saneamento de Viamão;
- Troféu Ouro Nível II – Unidade de Saneamento de Canoas.

Em complementação às ações de melhoria da gestão, foi realizada Pesquisa de Satisfação dos Clientes em 68 cidades atendidas pela CORSAN. São resultados relevantes:

- O valor médio do índice de satisfação dos clientes com os serviços prestados pela CORSAN - foi de 7,27 (escala de 1 a 10);
- O índice de satisfação com o atendimento, na maioria presencial, foi considerado bom por 66,8% dos clientes e excelente para 10,1%;
- A qualidade da água distribuída obteve nota média de 7,67 (escala de 1 a 10);
- O nível de confiança dos clientes, em relação aos produtos e serviços, foi de 7,6 (escala de 1 a 10), mostrando que além do grau de satisfação, o cliente demonstra confiança na CORSAN.

A Secretaria do Planejamento e Gestão do RS – SEPLAG realizou Pesquisa de Satisfação sobre a Qualidade dos Serviços Públicos do RS onde a CORSAN figura com maior índice de satisfação entre os demais serviços públicos. Esta posição ratifica a pesquisa interna, anteriormente mencionada.

Grau de Satisfação por Área (%) – 2009



5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Riograndense de Saneamento no conjunto de suas práticas de gestão tem por finalidade otimizar o desempenho e proteger partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, empenha-se, na transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de serviços.

5.1 TRANSPARÊNCIA - ASSEMBLÉIAS, ESTRUTURA ACIONÁRIA E GRUPO DE CONTROLE

5.1.1 Assembleias

As assembleias gerais são realizadas em data e hora que não dificultem o acesso aos acionistas. O edital de convocação de assembleias gerais contém descrição precisa da pauta a ser abordada e inclui-se temas relevantes e oportunos, exigidos pelos acionistas para convocação de assembleia geral. Quando os assuntos objeto da pauta são complexos, a companhia convoca a assembleia com antecedência mínima de 30 dias.

5.1.2 Estrutura Acionária e Grupo de Controle

Demonstra-se a seguir a estrutura acionária que compõe o capital social da Companhia. Através desta evidência verifica-se como grupo de controle, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Ações	Capital Total (%)	Capital Votante (%)
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	169.321.006	372.980.012	91,56972301	99,99999018
Caixa de Administração da Dívida Pública S.A. - CADIP	0	34.338.000	34.338.000	8,43026717	0,00000000
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000246	0,00000246
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000148	0,00000148
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000098	0,00000098
Total	203.659.026	203.659.026	407.318.052	100,00000000	100,00000000

5.2 CONTROLES INTERNOS

A Empresa pauta pelas melhores práticas de controles internos incluindo o gerenciamento integrado dos atos de gestão e dos fatos administrativos e contábeis. Há análise e a revisão contínua, bem como, o mapeamento das possíveis fragilidades da estrutura e quando da detecção de insuficiências, estas são notificadas à Assessoria de Gestão de Risco da Empresa.

Neste sentido, alguns Órgãos da Companhia vêm revisando seus processos, mapeando-os e os submetendo aos Organismos Certificadores, assim se registra: o Laboratório Central da Superintendência de Tratamento – SUTRA, manteve a Certificação INMETRO através da Auditoria de Manutenção da ABNT-ISO/IEC 17025:2005.0; o Sistema de Tratamento de Efluentes Líquidos e Resíduos Sólidos do Polo Petroquímico – SITEL e Central de Efluentes do Complexo Automotivo de Gravataí – CETEL, mantiveram a certificação ISO 14001; a Superintendência de Contabilidade – SUCONT obteve a recertificação da ISO 9001:2008 no escopo "Contabilização e Elaboração das Demonstrações Contábeis da CORSAN" e a Superintendência de Suprimentos – SUSUP, obteve a Certificação ISO 9001:2008 no escopo "Processo de Aquisição de Materiais, Serviços e Obras à CORSAN, através de Certames Licitação, Dispensa e Inexigibilidade".

A eficiência dos controles internos e da qualidade culminou com 38 participações de Unidades de Saneamento, incluindo a Superintendência do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos – SITEL, aderentes ao Programa de Melhoria de Gestão – PMG da CORSAN. Estas participações obtiveram 17 reconhecimentos.

5.3 ESTRUTURA DA GOVERNANÇA

Conforme preceitos da Governança Corporativa, se nomina a composição da estrutura da Gestão da Companhia:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5.3.1 Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada e com autonomia dentro de suas prerrogativas e responsabilidades, estabelecidas por lei e pelo Estatuto Social, atua de forma a proteger o patrimônio da Companhia, perseguir a consecução do objeto social e orientar os atos de gestão da diretoria executiva. O conselho tem cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para o mandato de dois anos pela Assembleia Geral de Acionistas, permitida a reeleição. Quatro são eleitos pelo acionista controlador e um pelo acionista minoritário.

5.3.2 Diretoria Executiva

Exerce a gestão dos negócios, em sintonia com a visão, missão, foco e mapas estratégicos, valores e princípios fixadas pelos integrantes da Gestão. É composta pelo diretor presidente e mais cinco diretores eleitos pelo Conselho, para mandatos de dois anos, permitida a reeleição. O presidente é membro do Conselho de Administração, sem, no entanto, presidir o órgão.

5.3.3 Conselho Fiscal

Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como, defender os interesses da CORSAN e dos Acionistas. Como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal da Companhia atua de modo permanente e independente da Administração. É composto por no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e igual número de suplentes, são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandatos de um ano, facultada a reeleição. Em 2009, dois membros efetivos foram eleitos pelo controlador e um membro efetivo pelos minoritários ordinários.

5.3.4 Auditoria Externa

No que tange a prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, a política da Companhia junto aos auditores independentes, se pauta nos princípios que preservam a independência do auditor. Segundo as práticas da governança, a restrição à prestação de outros serviços visa evitar a perda dessa independência. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Administração informa que a auditoria contratada, HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES, durante o exercício de 2009, não prestou outros serviços além dos de auditoria externa.

5.3.5 Acesso a Informações

A Companhia disponibiliza informações ao mercado, acionistas e a pedido dos membros do conselho fiscal, sem limitações relativas a exercícios anteriores, desde que tais informações tenham relação com questões atuais em análise, ou refiram-se a fatos da sociedade controlada e ou partes relacionadas, observando-se que não viole o sigilo imposto por lei.

5.3.6 Informações Contábeis

A Empresa adota os princípios de contabilidade em vigor no Brasil, convergindo para as Normas Internacionais de Contabilidade deliberadas pela Comissão de Valores Mobiliários, as quais aprovam os Pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e submetidas à avaliação dos auditores independentes.

5.3.7 Proteção a Acionistas Minoritários

No sentido de se resguardar os direitos dos acionistas minoritários preferencialistas e ordinários, a gestão, através do Estatuto Social, assegura assento e representatividade por membros nos Conselhos Fiscal e de Administração. A Empresa zela pela distribuição legal do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos proporcionando tratamento igualitário a todos os Acionistas.

6. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

No sentido de se pautar os principais direcionamentos que moveram as ações da Gestão Corporativa, no período deste exercício, cita-se os programas e reconhecimentos:

6.1 PROGRAMA DE MELHORIA DE GESTÃO DA CORSAN – PMG

O Programa de Melhoria de Gestão – PMG, inicialmente focado em três grandes linhas de atuação, agregou um quarto enfoque referente à implementação de tecnologias aos processos da CORSAN:

- Corporativo;
- Unidades de Saneamento;
- Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Tecnologias aplicadas aos processos administrativos, operacionais e comerciais.

Como consequência da utilização do *Balanced Scorecard* – BSC e do desdobramento do Mapa Estratégico da CORSAN para as Diretorias e Superintendências Funcionais, que estabeleceu doze objetivos estratégicos, foram realizadas capacitações como MASP-P Faixas Pretas e MASP-P Faixas Verdes para fomentar a obtenção de resultados em projetos estratégicos. O MASP-P (Método de Análise e Solução de Problemas de Perdas de Água) é uma metodologia que tem como fundamento conceitos de gestão empresarial e propõe método para identificar causas, definir melhorias na medição dos volumes, para o adequado controle dos sistemas, promovendo assim o gerenciamento, visando à obtenção dos resultados planejados de redução das perdas. Além disso, foi realizada capacitação para uso do Sistema de Análise de Negócios – SAN, o que contribuiu para a disseminação e ampliação da utilização da metodologia de gestão com base em indicadores e metas, especialmente nas Unidades de Saneamento.

No domínio das Unidades de Saneamento, manteve-se o processo de qualificação com base no Modelo de Excelência de Gestão – MEG da Fundação Nacional da Qualidade – FNQ. Para tanto, a CORSAN utiliza as diretrizes do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade – PGQP e do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS e promove a capacitação das pessoas. Ao longo do ano, foram realizadas oficinas de redação de relatórios de gestão, de desdobramento do planejamento estratégico corporativo para as Unidades de Saneamento, de interpretação dos critérios de avaliação PQRS, Avaliador PQRS, Gestão Classe Mundial PNQS e Examinador PQRS. Como resultado desse trabalho obteve-se 38 participações de Unidades de Saneamento, incluindo a Superintendência do Sistema Integrado de Efluentes Líquidos – SITEL, aderentes ao PMG da CORSAN.

6.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As ações socioambientais realizadas pela Companhia ocorrem em consonância com o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS e norteia-se pelos princípios descritos na legislação e no Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. A Empresa observa no planejamento e no desenvolvimento sustentável os procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 25 de 09/06/2009. Observa-se que neste contexto estão inseridas as ações previstas nas contratações no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

As diretrizes gerais para o desenvolvimento do trabalho socioambiental pela gestão estão fundamentadas nos preceitos legais, os quais são:

- Incentivo e valorização do desenvolvimento e da utilização de tecnologias sustentáveis em saneamento básico;
- Ênfase na escola local e gestão comunitária;
- Orientação pelas dimensões da sustentabilidade;
- Respeito ao regionalismo e às culturas locais;
- Incentivo à participação comunitária, mobilização social e educação;
- Controle social, e
- Articulação com organizações públicas e da sociedade civil.

Em 2009, a Companhia contratou empresa, via procedimento licitatório, para compor a equipe técnica responsável pela execução do trabalho socioambiental e mobilização social junto às obras do PAC relacionadas à temática, integrando-se a esta, a equipe multidisciplinar da CORSAN.

O trabalho socioambiental é parte integrante do valor do investimento e são estabelecidos contratualmente em percentual mínimo entre 0,5% e 3% dos recursos destinados, de acordo com o porte do investimento, considerando o impacto ambiental e social que o empreendimento provocará na região de abrangência do projeto.

Em 2009, os investimentos socioambientais foram os seguintes:

Orçamento Geral da União – OGU/Caixa Econômica Federal – CEF
Contrato 075/2009, de 02/04/2009 - Sistema de Esgotamento Sanitário
Localidades: Alvorada/Viamão; Esteio/Sapucaia do Sul; Canoas; São Gabriel; Venâncio Aires; Carazinho e Santa Rosa.
Valor investido por município: Canoas - R\$ 127 mil; Alvorada - R\$ 161 mil; Viamão - R\$ 161 mil; Esteio - R\$ 159 mil; Sapucaia do Sul - R\$ 159 mil.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Contrato 303/2009, de 06/08/2009 - Sistema de Esgotamento Sanitário
Localidade: Guaíba
Valor investido: R\$ 62 mil.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Contrato 405/200 de 19/08/2009 - Sistema de Abastecimento de Água
Localidades: Canoas, Gravataí, Portão, Santo Antonio da Patrulha, Sistema Integrado Canoas/Esteio/Sapucaia do Sul - SICES
Valor investido nos municípios: R\$ 32 mil.

As atividades realizadas em 2009, estão registradas nos relatórios de acompanhamento junto aos agentes financiadores e disponíveis para consulta na Companhia.

No Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos divide o Estado em 25 bacias hidrográficas e três regiões hidrográficas, Uruguai, Guaíba e Litorânea, segundo dados da Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA. A CORSAN atua no Estado em 314 municípios, com 205 captações superficiais distribuídas em todas as regiões do Estado, desta forma, com participação efetiva do corpo técnico científico da Companhia, nos Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas, fortalece o sistema, promovendo ações conjuntas que visam a proteção, recuperação, o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos. Entre outras iniciativas ambientais, consta a recuperação das margens degradadas através do plantio e manutenção de mudas nas áreas das barragens e nas estações de tratamento de esgoto.

A CORSAN tem por objetivo promover e estimular ações que a identifique como empresa cidadã, social e ambientalmente responsável. Neste sentido, consta no Planejamento Estratégico 2008-2011 as diretrizes de gestão, e no ano de 2009, foram desenvolvidos projetos institucionais, abrangendo comunidades gaúchas, destacando-se:

- Estação das Águas – brincadeiras e palestras de educação ambiental;
- Participação em eventos municipais como Feira do Livro, Feiras (diversas), Aniversário do Município, Rua da Cidadania, Semana do Meio Ambiente, Dia Mundial da Água, Semana Interamericana e Semana Estadual da Água;
- Circuito das Águas – visita orientada à Captação, Estação de Tratamento de Água – ETA e Estação de Tratamento de Esgoto – ETE;
- Seminários, palestras, vídeos e filmes – promovido junto às escolas, feiras, associações, prefeituras e secretarias;
- *Outdoors* – divulgação do uso racional da água em diversas comunidades;
- Multiões de Limpeza;
- Projeto Socioambiental “Conhecendo as Águas do Meu Município” em Montenegro;
- Projeto Socioambiental “Efetivação das Ligações da Rede de Esgoto” em Gravataí;
- Campanha do Leite nos municípios e localidades em que a CORSAN presta serviços;
- Projeto Rede Parceria Social com a Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social onde através deste programa foram beneficiados projetos socioambientais nos municípios de Cachoeirinha, Campo Bom, Campo Novo, Dois Irmãos, Parobé e Três de Maio;
- Projeto “Parada Ecológica CORSAN”, durante a Semana Interamericana e Estadual da Água 2009, onde participaram 81 Unidades de Saneamento, Polos e Vinculadas, tendo como atividades: visitas orientadas às Estações de Tratamento de Água e Esgoto, Palestras, Pedágio da Água, Celebração “Água - Fonte de Vida” e Pedalando pela vida com a CORSAN;

- A Companhia, conforme a legislação, contribui para o Fundo Estadual para os Direitos da Criança e do Adolescente - FECA, através do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDICA.

6.3 OUTRAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos, denominados Contratos de Programa, implementado, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à gestão associada dos serviços de saneamento básico.

Esta nova denominação jurídica, Contrato de Programa, vem atender às exigências legais e garantir a consolidação da relação entre o Município e a Companhia, além de padronizar procedimentos, incorporar indicadores de desempenho e incluir a designação de entidade de regulação e fiscalização, conforme exige a Lei do Saneamento aprovada em janeiro de 2007.

Até dezembro de 2009 foram assinados 126 contratos envolvendo a prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Outro importante resultado dessa parceria foi a revisão do Regulamento de Serviços de Água e Esgoto - RSAE, documento que disciplina a prestação de serviços, pela CORSAN aos usuários, nos municípios onde a AGERGS exerce atividade regulatória. Os municípios que já aderiram ao novo modelo contratual para prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são:

Agudo, Alvorada, Arroio do Meio, Arroio Grande, Barros Cassal, Boa Vista do Buricá, Bossoroca, Caçapava do Sul, Cacequi, Caiçara, Campo Novo, Canoas, Capão da Canoa (Curumim), Carlos Barbosa, Cerrito, Cerro Largo, Charqueadas, Chulí, Ciriaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Cotiporã, David Canabarro, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos, Dona Francisca, Encantado, Encruzilhada do Sul, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Estância Velha, Esteio, Farroupilha, Faxinalzinho, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Gaurama, Getúlio Vargas, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Guarani das Missões, Horizontina, Ibirubá, Ilópolis, Imbé (Albatroz, Mariluz, Nordeste, Presidente, Santa Terezinha), Independência, Ipê, Iraí, Itaqui, Ivorá, Jaboticaba, Júlio de Castilhos (Três Mártires), Lagoão, Lajeado, Machadinho, Manoel Viana, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida, Miraguaí, Não-me-Toque, Nonoai, Nova Palma, Nova Petrópolis, Nova Prata, Nova Santa Rita, Osório, Palmares do Sul (Granja Vargas, Quintão), Palmeira das Missões, Palmitinho, Paraí, Pedras Altas, Pedro Osório, Pejuçara, Pinheiro do Vale, Portão, Porto Lucena, Porto Xavier, Restinga Seca, Riobin, Rodeio Bonito, Rolante, Ronda Alta, Salto do Jacuí, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santa Margarida do Sul, Santa Rosa, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Augusto, Santo Cristo, São João da Urtiga, São Jorge, São José do Erval, São José do Norte, São José dos Ausentes, São Nicolau, São Pedro do Sul, São Sebastião do Cai (Conceição), São Sepé (Vila Block), Seberí, Sertão, Silveira Martins, Sobradinho, Soledade, Taquara, Taquaruçu do Sul, Tavares, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Coraços, Triunfo, Tupanciretã, Viadutos, Viamão (Itapoá, Vila Santa Isabel), Victor Graeff, Vista Alegre, Vista Gaúcha, Xangri-lá (Atlântida, Rainha do Mar).

A CORSAN atua, em ações de caráter social impulsionadas pelo Governo do Estado nas instâncias do Processo de Consulta Popular, envolvendo a destinação dos recursos do orçamento público. Como parte da política de responsabilidade social corporativa, a Empresa apoiou campanhas e eventos de interesse público e incentivou a participação de seu quadro funcional em programas e projetos voltados às demandas comunitárias.

7. FINANCIAMENTOS CORPORATIVOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS

Pontua-se a seguir, as fontes e usos, as quais caracterizaram as principais ações da gestão, no sentido de cumprir as políticas estabelecidas pelo Acionista Majoritário, de forma solidária com as políticas do Governo Federal:

7.1 FINANCIAMENTOS CORPORATIVOS

O Governo do Estado, através da SEHADUR, orientou a CORSAN através da Gestão Corporativa, a obtenção de projetos de financiamento junto ao Governo Federal, via Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Assim contratou, no mês de abril, recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, o valor de R\$ 50 milhões, excluída a contrapartida a cargo da CORSAN no valor de R\$ 5 milhões.

Os investimentos são para a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água – SAA, beneficiando as localidades de Alegrete, Canguçu e Santa Rosa, e Sistema de Esgotamento Sanitário – SES de Cachoeira do Sul.

A Companhia, com recursos do Orçamento Geral da União – OGU, juntamente com o Governo do Estado, contratou com a Caixa Econômica Federal - CEF o valor de R\$ 9 milhões, e aplicará em contrapartida o valor de R\$ 1 milhão, destinado a ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Santa Rosa.

Ainda, em relação ao PAC, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a CORSAN firmou, no mês de outubro, contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, no valor de R\$ 5 milhões, e com contrapartida no valor de R\$ 1 milhão, destinado à ampliação do sistema de abastecimento de água de Estância Velha.

Foi iniciado o Programa de Saneamento para Todos 2009, do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 156 milhões, com contrapartida de R\$ 17 milhões e destina-se a ampliação de sistemas de abastecimento de água, beneficiando as localidades de Bento Gonçalves, Carazinho, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Santiago, com a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, beneficiando as localidades de Alegrete, Bento Gonçalves, Canela, Cachoeira do Sul, Glorinha, Gramado, Ijuí, Santa Cruz do Sul e Santa Rosa. O Ministério das Cidades confirmou à Empresa que o projeto encaminhado ao Fundo de Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercado – FOCEM, para a ampliação das obras de esgotamento sanitário na localidade de São Borja, no valor global de R\$ 18 milhões, dos quais R\$ 4 milhões correspondem à contrapartida. O contrato de repasse foi aprovado e aguarda assinatura.

7.2 INVESTIMENTOS REALIZADOS

Demonstra-se a seguir os valores destinados a obras e outros investimentos, distribuídos por fonte de financiamento:

Fonte de Recurso	Investimento (Reais milhões)			
	2009	%	2008	%
Recursos Próprios*	129,6	52,4	101,2	83,4
Caixa Econômica Federal - CEF	17,5	7,1	19,4	16,0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	35,9	14,5	-	-
Orçamento Geral da União - OGU	55,8	22,5	-	-
Prefeituras Municipais	7,6	3,1	-	-
Outros	0,9	0,4	0,8	0,6
Total	247,3	100,0	121,4	100,0

* Recursos Próprios - reclassificação em 2008

8. AMPLIAÇÕES NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A Companhia ampliou o atendimento à 63.618 novas economias, totalizando ao final do período com abastecimento de água potável a 2.268.576 economias. A coleta e tratamento de esgotos foi ampliada em 14.840 economias, verificando-se ao final do período o atendimento a 246.271 economias no Estado Gaúcho. Para adequar-se às demandas de saneamento, realizou-se investimentos com recursos próprios tendo como objetivo à saúde pública e a manutenção do meio-ambiente.

Otimizou-se os Sistemas de Esgotamento Sanitários com um acréscimo de 245.751 metros na extensão das redes coletoras e a capacidade de tratamento das Estações de Tratamento de Esgoto com capacidade ampliada em 120 litros por segundo, minimizando os impactos sobre o meio ambiente.

Nos Sistemas de Abastecimento de Água, a distribuição foi ampliada em 70.963 metros e trocadas 14.840 metros de redes. O volume de reservação foi expandido em 3.500.000 litros. Instalou-se, no período, 1.142 metros de adutoras de água bruta.

O Programa de Águas e Poços – PAP, da CORSAN, vinculado à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR, perfurou 200 poços tubulares profundos beneficiando diversas coletividades do Estado.

A CORSAN, em 2009, desenvolveu programa de manutenção preventiva e reposição de mudas no cinturão verde criado nas áreas das barragens de captação das cidades de Santa Cruz do Sul e Passo Fundo. Nas áreas das Estações de Tratamento de Esgotos - ETES de Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul, Araçá em Capão da Canoa, Espumoso, Araucárias em Passo Fundo, Uruguiana, Canela e Gramado foi adotado o mesmo programa, cujo investimento ambiental foi de R\$ 453 mil.

9. POLÍTICAS OPERACIONAIS

Em busca de maior eficiência e eficácia na operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e industrial, foram desenvolvidas durante o ano de 2009 as seguintes ações:

9.1 MELHORIAS NO TRATAMENTO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Todos os municípios onde a CORSAN atua, receberam relatórios mensais e semestrais sobre a qualidade da água tratada e disponibilizada, conforme orientação do Ministério da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA.

O Laboratório Central manteve o certificado junto ao INMETRO através da auditoria de manutenção anual do processo de acreditação da ABNT ISO/IEC 17.025:2005.0.

9.2 SISTEMA DE TRATAMENTO DOS RESÍDUOS E ESGOTAMENTO INDUSTRIAL, RESÍDUOS SÓLIDOS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO COMPLEXO DO POLO PETROQUÍMICO DO SUL E COMPLEXO AUTOMOTIVO DA GM

A CORSAN desenvolveu e aplicou normas de controle e padronização dos procedimentos no gerenciamento do Sistema Integrado de Tratamento de Efluentes Líquidos – SITEL, na Estação de Tratamento de Água do SITEL, ETA-Pólo e o Sistema Centralizado de Controle de Resíduos Sólidos – SICECORS, unidades localizadas no Pólo Petroquímico do Sul, no município de Triunfo. A Central de Tratamento de Efluentes Líquidos – CETEL, localizada no Complexo Automotivo da General Motors do Brasil, em Gravataí, é coordenada também pelo SITEL e sob os mesmos procedimentos gerenciais.

Além dos reconhecimentos obtidos no PMG, o SITEL obteve a manutenção da ISO 14001:2004, pelo organismo certificador Bureau Veritas. Como forma de garantir a padronização dos procedimentos, atualmente participa de três programas de proficiência:

- Análises Ambientais - participam 99 laboratórios do país, sendo composto por quatro rodadas de envio de amostras. Em 2009, o desempenho do SITEL foi significativo, atingindo 95% de aceitação dos resultados de ensaios;
- Análise Ecotoxicológica - 27 laboratórios, uma rodada de amostras enviadas, com desempenho de 100% de resultados satisfatórios;
- Análise Microbiológica - 26 laboratórios participantes, quatro rodadas de envio de amostras por ano e desempenho de 96% de resultados satisfatórios.

No SITEL e SICECORS, a gestão tem propiciado a implementação de tecnologias e melhorias operacionais como a aquisição e implantação de um sistema supervisorio de operação totalmente digital, que resultou em automação, controle e gerenciamento dos processos. Visando a saúde dos empregados, foi instalado sistema condicionador de ar com pressão positiva, que aumenta a segurança em possíveis situações emergenciais.

Para o SICECORS foram definidos e estão em fase de desenvolvimento os projetos de novo aterro sanitário positivo sobre a célula 2 e adequações do aterro sanitário de resíduos de construção e demolição.

Foi concluído projeto executivo para a duplicação da capacidade de abastecimento da ETA-Pólo e da rede de distribuição de água, que permitirá manter o atual abastecimento, além de atender a comunidade de Porto Batista e novas unidades do Distrito Industrial de Montenegro, tal como, a empresa HEXION. Como melhoria em processo operacional, foi instalado gerador de hipoclorito de sódio, em substituição ao sistema de geração de gás-cloro por cilindros, agregando economia e segurança ao processo de tratamento de água.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para a CETEL, foram realizados serviços de revitalização das instalações como recuperação e pintura das estruturas metálicas e de alvenaria. Em melhorias operacionais, foi definida a substituição de uso de cal por soda cáustica no tratamento físico-químico aplicado aos efluentes, visando à redução do volume de lodo gerado no processo.

9.3 DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL

Na gestão dos serviços operacionais, consolidaram-se licitados 12 contratos regionais para atendimento a todas as Unidades de Saneamento, contemplando serviços de repavimentação, retroescavadeira, caminhão caçamba basculante, entre outros. Teve início a pesquisa de preços e cotação de insumos regionalizados, a avaliação dos serviços existentes e a inclusão de novos, para aperfeiçoamento do processo.

Foram implementados os serviços de ampliação e substituição de redes de água através de oito contratos regionais, com previsão de substituir ou ampliar 500 km de redes, contando com uma nova metodologia de pagamento por metro de rede executada, conferindo inovação e melhoria no processo de medição, controle e gerenciamento desses contratos.

Encontram-se em fase de implantação os serviços de manutenção e conservação de ETAs e ETEs e os serviços de manutenção e conservação de unidades operacionais através da recuperação de próprios, também regionalizados.

Iniciou-se em 2009 o projeto de Diagnóstico Operacional e Plano de Contingência dos sistemas de abastecimento de água integrados Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul – SICES, Alvorada e Viamão – SIAV e Gravataí e Cachoeirinha – SIGRAC. Com base em um banco de dados geográfico e no cadastro operacional dos sistemas, compreende a aquisição de *software* de modelagem e calibração do modelo hidráulico, obtendo-se como resultado o diagnóstico operacional dos sistemas. Também como importante produto do estudo elaborou-se o plano de contingência e o manual de operação dos sistemas.

No projeto corporativo operacional de redução de perdas de água, elegeram-se 19 sistemas da CORSAN, os quais representam 43% das ligações de água e 60% das perdas reais. Para os oito maiores, com recursos financiados pelo BNDES, foram elaborados contratos de pesquisa e correção de vazamentos invisíveis com critério de avaliação e de pagamento dos serviços por desempenho. Esses contratos incluem diferentes serviços técnicos como a macromedicação, através da instalação de macromedidores, válvulas redutoras de pressão e setorização de redes, entre outros. Foram adquiridos equipamentos de pitometria, registradores de vazão e pressão, hastes de escuta digital e geofones eletrônicos, investimentos que complementam as ações focadas na otimização de custos e, por consequência, na produtividade dos sistemas de produção e de distribuição de água.

Em outros nove sistemas foi implantado o Método de Análise e Solução de Problemas de Perdas – MASP-P. Para dar início ao trabalho, foram realizadas capacitações em Controle Estatístico de Processo – CEP e implantadas centrais de controle.

Outra forma de atuação que contribuiu para o desenvolvimento operacional, a qualidade dos produtos e serviços contratados pela CORSAN e a redução dos custos de aquisição, foi o permanente trabalho de qualificação das especificações técnicas, a exemplo do projeto corporativo para renovação do parque de bombas submersas, tendo como *benchmarking* outras empresas de saneamento do país, onde se estima economia na ordem de R\$ 2,6 milhões ao ano com despesas de manutenção em bombas submersas.

Manteve-se o controle de consumo de energia elétrica e a adequação dos contratos de fornecimento com as concessionárias, além da aquisição de modernos instrumentos de medição e registro de variáveis elétricas. Outra ação foi a substituição de motores elétricos antigos e de baixo rendimento por motores com tecnologia agregada e alto rendimento, o que se traduz em economia do insumo, além da redução de gastos com manutenção.

Os sistemas de produção de água da CORSAN que opera, regularmente, o funcionamento das 178 ETAs e mais 800 poços profundos, disponibilizou a comunidade gaúcha 506.581.244 m³ de água. Para o tratamento deste volume, com a qualidade requerida, foram consumidos os seguintes produtos químicos: sulfato de alumínio 13.024 toneladas; cal hidratada 2.316 toneladas; cloro 2.284 toneladas; fluossilicato de sódio 360 toneladas e ácido fluossilícico 650 toneladas.

A água distribuída teve o monitoramento permanente, em atendimento à Portaria nº 518/04 do Ministério da Saúde e gerou 1.000 relatórios mensais para o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA, os quais foram enviados às 314 Prefeituras Municipais atendidas pela CORSAN. O controle analítico é supervisionado pelo Laboratório Central da CORSAN que é creditado pelo INMETRO, através da ISO/IEC 17.025.

9.4 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Em 2009, foram projetados o aumento e a melhoria dos serviços de tecnologia, incluindo a renovação do parque de equipamentos, através da entrega e instalação de 1.210 computadores e 70 *notebooks* novos para as Unidades Organizacionais da CORSAN, o aumento da velocidade dos circuitos de comunicação, a aquisição de *software* para atender demandas de projetos de geoprocessamento, a parceria no desenvolvimento do Sistema de Relacionamento com o Cliente para atender a Central de Relacionamento CORSAN, projeto em fase de contratação e com início de operação previsto para março de 2010.

Além disso, a consolidação da metodologia de gerenciamento de projetos foi disseminada e aplicada a dez projetos de diferentes diretorias. São exemplos, Projeto de Informatização de Vinculadas e de ETAs, Central de Relacionamento com o Cliente, Projeto ACL – *software* de auditoria e Implantação do CONSIST GEM. Ainda, foi iniciada a adequação do contrato PROCERGS para serviços de informática pública, com a aplicação de acordos de níveis de serviço – SLAs (do inglês, *service level agreement*), visando maior eficácia no gerenciamento do contrato.

9.5 DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO OPERACIONAL

Foi dado prosseguimento às atividades baseadas em seus projetos estratégicos e de melhoria. Foram assinados convênios de cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Pontifícia Universidade Católica – PUC e empresas do setor saneamento, visando buscar diferentes opções voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias operacionais, definiu-se a adoção de um sistema corporativo para gerenciamento de laboratórios de ensaios, o qual está em fase de licitação e que possibilitará um maior controle e operacionalidade das informações com vistas à gestão da informação operacional. Está se implantando Centros de Controle Operacional nos maiores e principais sistemas de abastecimento de água, com aporte de recursos financiados pelo governo federal através do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, além da operação e manutenção dos sistemas existentes, assim se está promovendo a digitalização do arquivo da mapoteca geral, além da implantação do setor de cadastro técnico digitalizado de redes e demais componentes dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Finalmente, busca-se implantar o Sistema de Gestão Integrado de Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – SGI, visando à normalização de todos os procedimentos operacionais em atendimento às normas ISO, OSHAS e demais normas vigentes.

Resultados do SGI em 2009: incentivou-se com a participação direta de cerca de 140 integrantes de sua força de trabalho, a criação de 68 procedimentos operacionais, a maioria em fase de conclusão; iniciou-se o processo de análise ergonômica de 1.000 postos de trabalho; realizou-se a aquisição de itens relacionados ao seu escopo, a citar, armários para guarda de equipamentos de proteção individual, seis evaporadores e um sistema completo de lavagem de gás cloro, detectores de gás cloro, capelas para laboratórios, chuveiros lava-olhos e iluminação de emergência para ETAs e escritórios operacionais. As atividades foram desenvolvidas contando com a consultoria do Centro Nacional de Tecnologias Limpas – CNTL/SENAI e tem como objetivo para 2010 a continuidade dos trabalhos para a certificação pelas normas OSHAS 18001 e ISO 14001, tendo como escopo Unidades de Saneamento do litoral norte e a SEDE da CORSAN.

10. POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

Cita-se a seguir as principais ações administrativas de 2009 que orientaram a gestão do capital humano e a logística de suprimentos:

10.1 GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

A aprovação de uma política de recursos humanos que contemple todos os aspectos, englobando admissão, desenvolvimento, crescimento na carreira e de desligamento, foi uma das principais realizações no ano de 2009. Assim foi aprovado a reformulação do atual Plano de Classificação de Empregos e Salários, de forma que todos possam migrar para o novo regimento e receberem o incentivo de uma promoção que antes estava limitada, a quem havia aderido às novas regras até junho de 2002, desta forma, consolidando os processos de promoção e ascensão.

Foi aprovado, neste exercício, o novo critério de dimensionamento para o número de pessoas necessárias às operações da CORSAN e o Governo do Estado autorizou a reposição automática das vagas provenientes de desligamentos.

Através da Escola de Gestão, a CORSAN está preparando um grupo de empregados para assumir os postos estratégicos na gestão, além do direcionamento de investimentos em treinamento. Houve foco de capacitação e treinamento aos novos entrantes por admissão.

10.1.1 EVOLUÇÃO DO EFETIVO

O Governo do Estado autorizou o sistema de reposição automática de empregados em todas as unidades organizacionais da Companhia, visando dotar a empresa de profissionais qualificados e em quantidade suficiente para fazer frente às demandas dos usuários da CORSAN, desta forma o quadro foi dimensionado e limitado a 4.911 empregados. No exercício de 2009, se implementou a política delineada, com a reposição dos desligados, e houve acréscimo de 306 novos empregados. A Companhia passou de 4.397 empregados no exercício anterior para 4.703 em 31 de dezembro de 2009.

10.1.2 CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

O programa de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal nas áreas de desenvolvimento gerencial, desenvolvimento de recursos humanos e melhoria dos processos de trabalho proporcionou 3.113 oportunidades de treinamento, totalizando 5.903 horas e investimento de R\$ 2.254 mil. O custo do treinamento por empregado foi de R\$ 724,06 e o custo por hora dessa iniciativa corresponde a R\$ 381,84. O percentual de empregados treinados corresponde a 66,19% do quadro total da Companhia em 31 de dezembro de 2009.

É importante destacar-se, visando a redução dos custos e despesas operacionais, que foram idealizados e continuados, o Programa Integrar, destinado a acompanhar o desempenho dos novos empregados, mas somente 306 permaneceram nos quadros da Empresa e o Programa de Melhoria de Gestão da CORSAN para dar suporte a capacitação dos colaboradores, das unidades organizacionais integrantes do PMG. Além destas iniciativas de gestão de recursos humanos, manteve-se e incentivou-se os treinamentos operacionais para a atualização profissional e adequação à implantação de novas tecnologias.

A Escola de Gestão oportunizou a participação de 11 profissionais em eventos de Pós-Graduação e Mestrado, aos profissionais que ocupam e/ou estão sendo preparados para ocupar posições estratégicas na Empresa, nas diversas áreas do conhecimento, tais como: Gestão de Pessoas, *Business Law*, Gestão Financeira e Controladoria, Direito do Estado, Saúde do Trabalhador, Gestão Ambiental, Gestão Pública, Gestão Empresarial e Gerenciamento em Resíduos Sólidos.

10.1.3 BENEFÍCIOS EDUCACIONAIS - PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A CORSAN preservou a política de fomentar a inclusão no mercado de trabalho de jovens aprendizes, através da parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e Delegacia Regional do Trabalho - DRT, implantando o Curso de Instalador Hidráulico na localidade de Canoas, mantendo as turmas já iniciadas em 2008, nas localidades de Santa Maria, Passo Fundo e Santo Ângelo. O programa contemplou 80 jovens em zona de risco e com renda familiar de até três salários. O objetivo do programa é proporcionar, a uma faixa da população brasileira, a formação de profissionais, qualificando-os e tornando-os aptos para ocupar os empregos gerados pelo setor de saneamento no Estado.

Para o ano de 2010, estão previstas três novas turmas de aprendizes, para suprir, através do Convênio SENAI/CORSAN, a nova cota de 220 aprendizes, estabelecida pela DRT, diminuindo o número de contratação dos chamados aprendizes avulsos.

10.1.4 ACORDO COLETIVO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O Acordo Coletivo tem escopo intersindical para propiciar o diálogo com os diversos sindicatos que representam as categorias profissionais do quadro da Empresa, sendo que, o intersindical agrega as cláusulas econômicas e as de natureza assistencial e social. As especificidades de cada profissão são acordadas por categoria.

O gerenciamento de pessoas, em consonância com as políticas intersindicais, implementou por intermédio do Acordo Coletivo, o desligamento incentivado, propiciando aos Colaboradores manutenção do padrão remuneratório, enquanto afastado e no gozo deste benefício. Adicionalmente, foi implantado plano de aposentadoria incentivada para quem tem todas as carências implementadas junto a Fundação CORSAN.

A política de benefícios deu continuidade a concessão do vale alimentação e rancho, plano de assistência médica extensivo aos dependentes, auxílio creche-babá e auxílio financeiro para educação.

10.1.5 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS – PPR

A política de remuneração, os benefícios e o Programa de Participação nos Resultados – PPR estimulam a produtividade e incentivam os empregados, referendando a credibilidade e a eficiência do Plano de Classificação em Empregos e Salários, que contempla os processos de ascensão funcional e promoções nas modalidades mérito e antiguidade.

10.1.6 PROGRAMA DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO TRABALHADOR

Em continuidade as atividades de Segurança e Medicina do Trabalho direcionou-se esforços para a política de Recursos Humanos, onde foram implementadas ações que contribuíram para o desempenho dos trabalhadores da CORSAN. Neste sentido, foram mantidos os planos para atendimento ao planejamento da Empresa, os quais destaca-se a seguir:

- Planejamento, elaboração e revisão do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, que busca uma nova diretriz para a Empresa, de forma que esta seja orientadora do processo de saúde e segurança do trabalho, integrada ao processo produtivo e às metas gerenciais;
- Análises de Risco - estudo que visa avaliar os prejuízos que um desastre ambiental pode provocar no meio ambiente e no caso da Empresa, os reflexos envolvendo as comunidades próximas das Estações de Tratamento de Água - ETAs e das Estações de Tratamento de Esgotos – ETES;
- Desenvolvimento e implantação do módulo Segurança e Medicina do Trabalho – SMT, para atender às necessidades de informações automatizadas das áreas de segurança e medicina do trabalho, e
- Sistema de Gestão Integrado – SGI, tem o objetivo de estabelecer um conjunto de elementos, interagindo com a força de trabalho, por meio de diretrizes e padrões, para promover a melhoria da qualidade dos serviços e aumentar a postura preventiva com relação às questões de segurança, meio ambiente e saúde. O programa busca para o ano de 2010 a certificação das normas OHSAS 18001 e ISO 14001, iniciando pelas cidades do litoral norte e na Sede. Para tanto, conta com a consultoria do Centro Nacional de Tecnologias Limpas – CNTL para a implementação do Sistema de Gestão Integrado.

10.2 GESTÃO DE SUPRIMENTOS

Segundo a política de gestão da Companhia e adequação à Reestruturação Organizacional, de 2008, foram implementados procedimentos para a contratação de compra e serviços, através da otimização dos processos licitatórios, de acordo com a legislação vigente. A gestão de suprimentos realizou as seguintes metas, em 2009: a padronização de editais e especificações; a centralização de compras; ampliação da competitividade entre os licitantes; a economicidade; a melhoria na gestão de contratos; eficiência na gestão de materiais; estoque e logística; a qualificação e aperfeiçoamento do quadro funcional e a redução dos prazos de realização dos certames licitatórios. Foi implantado o programa de qualidade da Gestão de Suprimentos voltado para a melhoria dos processos e satisfação dos clientes, aos quais após o processo de auditoria foi atribuída a certificação ISO 9001:2008 para o escopo "Processo de Aquisição de Materiais, Serviços e Obras à CORSAN, através de Certames Licitatórios, Dispensa e Inexigibilidade".

A implementação da modalidade de licitação Pregão-Eletrônico, às contratações da Companhia, trouxe melhora sensível no desempenho global, minimizando efetivamente os custos e despesas nas transações realizadas no período. Conforme os levantamentos e dados comparativos nas aquisições realizadas, a economicidade atingiu, a média anual de 30%, sendo que em determinadas operações esta atingiu 63%.

11. RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Se pautar neste resumo econômico-financeiro os valores relevantes referentes às operações da Empresa, inclusive quanto a expressão do Imobilizado e do Patrimônio Líquido, especificando-se o índice de relação entre capital de terceiros e próprios.

11.1 DESTAQUES FINANCEIROS

Os valores são expressos em milhões de reais, e foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas pela legislação societária e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

	Controladora	
	2009	2008
Receita Operacional Bruta	1.289	1.188
Receita Operacional Líquida	1.168	1.078
Lucro Operacional	284	267
Lucro Líquido	218	212
Endividamento Líquido (1)	351	284
LAJIDA (EBITDA) (2)	367	438
Margem Líquida EBITDA	31,44	40,59
Ativo Total	1.941	1.832
Imobilizado	1.504	1.353
Patrimônio Líquido	903	738
Participação Capital de Terceiros/Capital Próprio (Índice)	1,15	1,48

11.2 ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

O endividamento geral da Companhia referente a empréstimos e financiamentos atingiu R\$ 409 milhões em 2009 e R\$ 431 milhões em 2008. Demonstra-se, também, os valores do endividamento líquido nos períodos 2009/2008, no sentido de se esclarecer dados do item anterior:

	Controladora	
	2009	2008
Endividamento de curto prazo	69	68
Endividamento de longo prazo	340	363
Total	409	431
Disponibilidades	57	148
Endividamento Líquido (1)	352	283
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido + Patrimônio Líquido)	28%	28%

Analisando-se os dados constata-se que o nível de endividamento da Companhia permaneceu no mesmo patamar do período imediatamente anterior, ratificando-se a política de gestão financeira adotada.

11.3 COMPOSIÇÃO DO LAJIDA (EBITDA)

	Controladora	
	2009	2008
Lucro antes da CSLL e do IRPJ	284	267
(+) Despesas Financeiras	55	122
(-) Receitas Financeiras	(65)	(45)
(+) Depreciações	94	96
(+/-) Equivalência Patrimonial	(1)	(0)
LAJIDA	367	439
Margem LAJIDA (%)	31,44	40,75

O LAJIDA (EBITDA)(2) não é um indicador calculado de acordo com os princípios contábeis brasileiros e possivelmente, pode não servir de base de comparação com indicadores de outras empresas. Não deve ser considerado como um indicador substituto para medir o lucro operacional ou também, como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. Consiste numa informação adicional da capacidade de pagamento das dívidas, da manutenção de investimentos e da capacidade de cobrir necessidades de capital de giro.

Analisando-se a Margem LAJIDA dos períodos, verifica-se que houve uma queda de desempenho de 40,75% em 2008 para 31,44% em 2009. Este indicador foi afetado, primeiramente, pela exclusão do resultado financeiro líquido, e num segundo momento, pelo esforço para obtenção de receitas e manutenção do nível dos serviços, repercutindo nos gastos operacionais, que em 2009 totalizou R\$ 217 milhões e em 2008, R\$ 160 milhões.

11.4 GESTÃO EM RESULTADOS

Ilustra-se a seguir a série histórica dos resultados da Companhia com o objetivo de parametrizar o desempenho corporativo da gestão, que atingiu no período um resultado líquido de R\$ 218 milhões, cuja maior parcela foi reinvestida nos serviços prestados à comunidade gaúcha, conforme preconiza a política do acionista majoritário, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR.

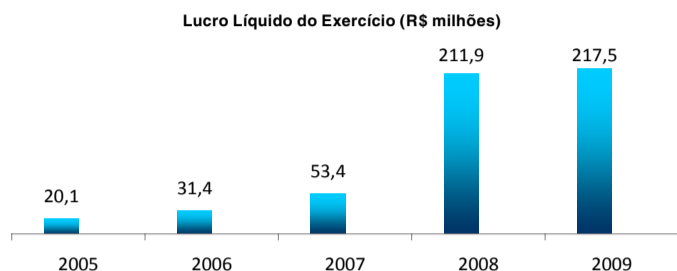
No sentido de ampliação da oferta de serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotamento sanitário às diferentes comunidades gaúchas, a Companhia realizou investimentos aumentando o Imobilizado de R\$ 1.353 milhões em 2008, para R\$ 1.504 milhões em 2009, com variação de 11,18%. A resposta da necessidade, caracterizada por uma demanda reprimida dos serviços, foi diretamente verificada no incremento da Receita Operacional, que em 2008 foi de R\$ 1.188 milhões e em 2009 R\$ 1.289 milhões, com variação de 8,52%.

As Despesas com Pessoal, no período de 2009, foram de R\$ 413 milhões, correspondendo a 32,04% da Receita Operacional. Em 2008 essa taxa foi de 30,58%. Considera-se nas despesas evidenciadas, a inclusão dos valores capitalizáveis no montante de R\$ 0,2 milhão. Os valores destinados aos empregados, referente ao Programa de Participação nos Resultados – PPR, monta em 2009 R\$ 18 milhões, e em 2008 R\$ 19 milhões. A evolução histórica deste parâmetro, nos últimos períodos indicados, sinalizam uma média de 31,21% de comprometimento com a Receita Operacional, conforme demonstrado a seguir:

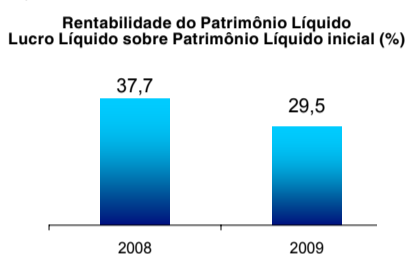


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

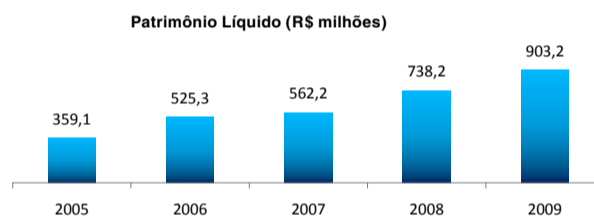
O *up grade* do desempenho econômico-financeiro da CORSAN, nos últimos cinco anos, pode ser avaliado no gráfico a seguir, no qual se observa crescimento no desempenho geral, porque embora reduzindo o Lucro Bruto Operacional, o Lucro Líquido do Exercício obteve um aumento em relação a 2008, de 2,64%, passando de R\$ 211,9 milhões em 2008 para 217,5 milhões em 2009, consolidando o desempenho da gestão.



O valor contábil do Patrimônio Líquido pertencente aos Acionistas em 2008 era de R\$ 738 milhões e em 2009, R\$ 903 milhões. Sua rentabilidade em 2008 alcançou o percentual de 37,7% e em 2009, 29,5%.



O Patrimônio Líquido, em decorrência dos lucros gerados, nos dois últimos exercícios, apresentou evolução de 22,35% em 2009, e 31,31% em 2008, cujos recursos, após destinação legal, ficaram evidenciados como Reservas Legais, de Incentivos Fiscais e de Retenção de Lucros. Está previsto que os recursos serão aplicados nos projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no Plano de Investimentos da Companhia.



12. POLÍTICAS COMERCIAIS

Com foco no cliente a Diretoria Comercial soma esforços à gestão, visando a consolidação da estrutura organizacional da Companhia voltada ao estreitamento das ações junto à carteira de clientes. O crescimento do mercado, no período de 2009, foi de 2,9%, totalizando atualmente, 2.268.576 economias segmentadas pela estrutura tarifária. A política empresarial e as ações se consolidam nas relações institucionais, as quais contemplam o avanço contínuo na tecnologia e excelência dos serviços, bem como, na estrutura logística colocada a disposição da comunidade gaúcha. Neste sentido se implementa ações visando a redução de gastos comerciais, tendo como meta a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da CORSAN, sujeito a legislação vigente e ao controle dos órgãos reguladores. Houve a implementação de Solução Completa de Telemetria, cuja instalação iniciou no primeiro semestre de 2009, nos 2.264 maiores usuários da CORSAN, os quais poderão acessar via internet seus consumos diários. Tal programa visa melhorar a eficiência da medição e proporcionar uma maior transparência na relação comercial. Para atingimento das metas pontua-se controles da inadimplência, redução da evasão de clientes para fontes alternativas de abastecimento, revisão do Regulamento de Serviços de Água e/ou Esgoto, implementação do Projeto de Computação Móvel, implementação do Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda, continuidade do Programa de Otimização da Medição e atualização dos Indicadores de Eficiência Comercial.

12.1 PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DA MEDIÇÃO

Foram investidos R\$ 15 milhões em hidrômetros, no programa de otimização de medição - área de micromedição, nos seguintes subprogramas:

12.1.1 Substituição de Hidrômetros Parados e Quebrados

No período foram detectados, através dos controles internos mantidos pela Empresa, e substituídos 40.000 hidrômetros, os quais apresentavam insuficiência de medição.

12.1.2 Renovação do Parque de Hidrômetros

O subprograma de Renovação do Parque de Hidrômetros tem por objetivo principal a redução da idade média, a qual até 2006 apresentava-se na faixa de 9 anos. Dentro dos critérios adotados foram implementadas ações de cunho operacional reduzindo

a idade média do parque para 6 anos, num contexto de planejamento estratégico de redução para 5 anos até 2009, desta forma foram substituídos em torno de 144.000 medidores antigos, em 2009.

12.1.3 Incremento da Micromedição

No ano de 2009 superou-se a meta pretendida de 95% de micromedição, atingindo-se o índice médio na Companhia de 95,46%, através da instalação de 163.000 medidores em ligações ainda não medidas, isto reflete um incremento de 4,2% em relação ao período anterior.

12.2 REDUÇÃO DA EVASÃO DE CLIENTES

Foram desenvolvidas ações de diminuição da proliferação de fontes alternativas indevidas, através de ações conjuntas com o Ministério Público e Vigilância Sanitária Municipal, em cumprimento à legislação federal e estadual vigentes. As ações foram concentradas na revisão do cadastro das fontes alternativas em diversas cidades para evitar a utilização de poços domésticos.

12.3 IMPLANTAÇÃO DO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

A partir do novo marco regulatório da área de saneamento, em função da Lei Federal 11.445/07, em parceria com a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul - AGERGS e a Federação das Associações dos Municípios do RS - FAMURS, foi revisado o Regulamento de Serviços de Água e/ou Esgoto - RSAE da CORSAN, o qual foi implantado a partir de 01 de julho de 2009, na área de atuação da Companhia. Este visa a melhoria das relações da Empresa com seus clientes, introduzindo a figura do ente regulador como instância administrativa recursal com a plena capacidade de mediação.

12.4 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA MÓVEL DE FATURAMENTO - SMF

O sistema móvel de faturamento é um módulo do Projeto de Computação Móvel CORSAN - CMC, que tem como funcionalidade principal a leitura, cálculo da fatura, emissão e entrega das contas de forma simultânea, com processamento em tempo real entre a sua execução e o processamento das informações do sistema de recebíveis da Companhia. É importante ressaltar que para a implementação do novo sistema foi substituído o parque de coletores de dados antigos, por modernos *Enterprise Digital Assistant - EDA's* com impressoras portáteis, reduzindo os custos de manutenção em aproximadamente R\$ 800 mil no ano, dando um grau de certeza de correção, em 99,8% das operações de faturamento realizadas junto aos clientes. Para a operacionalização dos serviços aos clientes, foram treinados 600 empregados para a função de Agente Comercial Externo, qualificando a prestação de serviços, com roteirização mensal a cada cliente, por ocasião do processo de faturamento, fornecendo-se à porta do cliente mais de 19,7 milhões de contas, correspondendo ao faturamento de R\$ 1.289 milhões no ano de 2009.

12.5 IMPLANTAÇÃO DA FATURA EM BRAILLE

A CORSAN dando atenção aos clientes e cumprindo o disposto na Lei Estadual nº 12.498/06, passou a emitir para os usuários deficientes visuais, o demonstrativo da fatura mensal de serviços em braille, descrevendo os dados relevantes. Os serviços de solicitação de cadastro para este fim, estão disponibilizados junto aos escritórios locais ou site da CORSAN e na Central Tudo Fácil, sem qualquer ônus ao usuário.

12.6 SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE CONTRATOS DE EMPREITEIRAS

Foi implantado o Sistema de Gerenciamento de Contratos de Empreiteiras, o qual visa atender aos princípios de eficiência e economicidade da gestão pública no processo de controle da execução e de gastos na realização dos serviços comerciais e operacionais como: ligações novas, suspensão e religação de abastecimento de água, instalação de hidrômetros e manutenção operacional para as áreas que utilizam o Sistema Comercial Integrado - SCI, como base de processamento de informações.

12.7 CONTROLE DA INADIMPLÊNCIA

O controle da inadimplência ocorre através de ações preventivas, tais como, revisão de critérios que visam agilizar as cobranças das contas a receber, com atenção especial aos débitos públicos, e recuperação de créditos particulares por via extra-judicial e judicial.

12.8 PROGRAMA DE READEQUAÇÃO DO SUBSÍDIO RESIDENCIAL SOCIAL PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

Em conformidade com a política governamental, manteve-se o Programa de Readequação do Subsídio Residencial Social para Famílias de Baixa Renda, iniciado em 2003. A CORSAN, dentro de sua política tarifária, possui as categorias residenciais denominadas RS - Residenciais Subsidiadas. Ambas as categorias possuem subsídio tarifário na forma de um desconto de 60% aplicado sobre os valores faturados na categoria residencial B. O artigo 45 do Regulamento dos Serviços de Água e Esgotos - RSAE, item I.B, letra "c", estabelece que serão subsidiadas as "Economias integrantes de imóveis ocupados exclusivamente para fins de moradia, por pessoas de baixa renda e ter imóvel com no máximo 6 pontos de água e não mais de que 60 m² de área total construída". São critérios para a comprovação da condição de baixa renda, estar incluído em Programas de Transferência de Renda Federal, Estadual ou Municipal. Atualmente, a CORSAN, beneficia usuários com baixa renda num total de 207.055 economias de água e/ou esgoto. O objetivo principal desta iniciativa é corrigir distorções sociais e levar o subsídio àquelas famílias que efetivamente fazem jus, as quais, passaram a ser notificadas quanto à necessidade de comprovação dos critérios para manutenção do benefício através de Avisos Registrados - AR, através da Empresa de Correios e Telégrafos - ECT. As referidas notificações são digitalizadas e ficam disponíveis para acesso através do Sistema Comercial Integrado - SCI da CORSAN e, também, no site da ECT.

12.9 INDICADORES DE EFICIÊNCIA COMERCIAL

Com a finalidade de medir as ações comerciais realizadas em cada uma das Unidades de Saneamento, são utilizados indicadores de eficiência comercial, como ferramenta de gestão que embasa e facilita o processo de tomada de decisão. Tratam-se dos indicadores que medem os índices: Volume Médio Unitário, Volume Disponibilizado Unitário, Rendimento Comercial, Eficiência de Leitura, Eficiência da Suspensão de Abastecimento, Eficiência da Cobrança, Eficiência da Comercialização, Alterações de Faturamento, Histograma de Consumo Faixa Baixa, Histograma de Consumo Faixa Alta e Arrecadação Unitária Geral.

13. AGRADECIMENTOS

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano - SEHADUR, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Disponibilidades	27 a	56.834	147.858	58.695	148.133
Contas a receber de usuários, líquidas	5	201.545	189.138	201.545	189.138
Estoques	6	34.320	28.848	34.881	29.831
Créditos fiscais diferidos	7	-	13.566	-	13.566
Outros créditos	8	10.143	9.014	10.109	9.155
NÃO CIRCULANTE		1.638.453	1.443.572	1.636.234	1.442.190
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Depósitos judiciais		23.128	7.025	23.140	7.063
Rendimentos SIAC		28.278	13.516	28.278	13.516
Créditos fiscais diferidos	7	53.652	44.850	53.652	44.850
Reclamações e rescisões contratuais	9	20.234	15.783	20.234	15.783
Outros créditos	8	4.775	6.381	4.791	6.399
INVESTIMENTOS		4.060	3.004	818	814
Participação em empresa controlada	10	3.302	2.246	-	-
Outros investimentos		758	758	818	814
IMOBILIZADO	11	1.504.326	1.353.013	1.505.321	1.353.765
Imobilizado técnico		1.156.627	1.175.519	1.157.622	1.176.271
Obras em andamento		347.699	177.494	347.699	177.494
TOTAL		1.941.295	1.831.996	1.941.464	1.832.013

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	68.702	68.196	68.702	68.196
Fornecedores	14	111.716	79.556	111.196	78.877
Impostos e contribuições		24.143	24.472	24.369	24.752
Impostos e contribuições - parcelamentos	15	15.473	28.810	15.473	28.810
Dívidas com Fundação CORSAN	22 c	34.632	34.233	34.632	34.233
Provisão para tributos diferidos	16	-	6.657	-	6.657
Férias e encargos a pagar		32.199	28.551	32.298	28.638
Participação nos resultados		17.726	18.527	17.726	18.527
Juros sobre o capital próprio	21 d	2.998	54.406	2.998	54.406
Dividendos propostos	21 d	17.609	12.285	17.609	12.285
Outros débitos	17	10.882	5.829	11.012	5.882
NÃO CIRCULANTE		701.980	732.301	702.214	732.457
Empréstimos e financiamentos	13	339.628	363.431	339.628	363.431
Fornecedores	14	11.412	16.619	11.412	16.619
Impostos e contribuições - parcelamentos	15	2.552	16.941	2.552	16.941
Dívidas com Fundação CORSAN	22 c	137.701	158.877	137.701	158.877
Contratos de repasse do OGU	18	55.759	-	55.759	-
Provisão para tributos diferidos	16	32.778	31.205	32.778	31.205
Provisão para contingências	19	80.849	101.585	80.915	101.695
Provisão para benefício pós-emprego	20	41.301	43.643	41.301	43.643
Outros débitos	17	-	168	-	168
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS		-	-	-	120
NÃO CONTROLADORES					
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		903.235	738.173	903.235	738.173
CAPITAL SOCIAL	21 a	503.842	503.842	503.842	503.842
RESERVAS DE CAPITAL	21 b	17.148	17.148	17.148	17.148
Auxílios para obras		9.262	9.262	9.262	9.262
Doações e subvenções para investimentos		7.886	7.886	7.886	7.886
RESERVA DE REAVIAÇÃO	21 c	91.533	102.995	91.533	102.995
RESERVAS DE LUCROS	21 e	290.712	114.188	290.712	114.188
Reserva legal		18.592	7.715	18.592	7.715
Reserva de incentivos fiscais		78	2	78	2
Reserva de retenção de lucros		272.042	106.471	272.042	106.471
TOTAL		1.941.295	1.831.996	1.941.464	1.832.013

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2009	2008	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL	23	1.289.038	1.187.855	1.289.589	1.188.500
(-) Impostos, devoluções e abatimentos		(120.614)	(109.813)	(124.164)	(113.751)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.168.424	1.078.042	1.165.425	1.074.749
(-) Custos dos serviços	24	(676.966)	(574.009)	(671.514)	(569.329)
LUCRO BRUTO		491.458	504.033	493.911	505.420
(-) Despesas comerciais	24	(40.828)	(36.532)	(40.868)	(36.612)
(-) Despesas administrativas	24	(171.180)	(113.567)	(172.095)	(114.701)
(-) Outras receitas / despesas operacionais	24	(4.986)	(9.707)	(6.188)	(9.869)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		9.452	(77.098)	9.540	(77.049)
Receitas financeiras	25	64.692	45.245	64.785	45.299
(-) Despesas financeiras	25	(55.240)	(122.343)	(55.245)	(122.348)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		283.916	267.129	284.300	267.189
(-) Contribuição social	26	(17.647)	(18.631)	(17.756)	(18.651)
(-) Imposto de renda	26	(45.871)	(48.823)	(46.146)	(48.855)
Provisão para contribuição social diferida	26	(2.422)	1.508	(2.422)	1.508
Provisão para imposto de renda diferido	26	(435)	10.783	(435)	10.783
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	-	(8)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		217.541	211.966	217.541	211.966
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (em reais)		0,53408	0,52039		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	217.541	211.966	217.541	211.966
Ajustes para reconciliação:				
Depreciação	94.183	96.345	94.304	96.462
Equivalência patrimonial	(1.326)	(150)	-	-
Baixa de investimento e imobilizado	1.855	466	2.099	513
Créditos fiscais diferidos	8.749	(5.205)	8.749	(5.205)
Provisão para devedores duvidosos	587	98	587	98
Provisão para contingências	12.303	(24.536)	12.259	(24.505)
Provisão para benefício pós-emprego	(2.342)	4.964	(2.342)	4.964
Provisão para tributos diferidos	(5.036)	(6.961)	(5.036)	(6.961)
Juros e variações monetárias de curto prazo	37.109	50.492	37.109	50.497
Juros e variações monetárias de longo prazo	(10.498)	60.078	(10.498)	60.078
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	8
Lucro líquido ajustado	353.125	387.557	354.771	387.915
Variações no ativo:				
Aumento de contas a receber de usuários	(12.994)	(16.691)	(12.994)	(16.691)
Aumento de estoques	(5.472)	(6.952)	(5.050)	(7.357)
Aumento de depósitos judiciais	(57.554)	(10.984)	(57.528)	(10.966)
Aumento de rendimentos SIAC	(14.762)	(12.383)	(14.762)	(12.383)
Aumento de reclamações e rescisões contratuais	(28)	(1)	(28)	(1)
Redução de outros créditos	480	3.081	1.002	2.351
Variações no passivo:				
Aumento de fornecedores	27.339	4.941	27.150	5.343
Redução/aumento de impostos e contribuições	(2.612)	(11)	(2.631)	113
Redução de impostos e contribuições - parcelamentos	(29.822)	(35.485)	(29.822)	(35.504)
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	(34.643)	(32.609)	(34.643)	(32.609)
Aumento de férias e encargos a pagar	3.648	2.353	3.660	2.354
Aumento de participação nos resultados	801	11.890	801	11.890
Aumento/redução de outros débitos	3.450	(10)	3.497	(10)
Caixa líquido das atividades operacionais	230.956	294.696	233.423	294.445
Fluxo de caixa das atividades de investimento:				
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(247.351)	(121.284)	(247.962)	(121.325)
Dividendos propostos a receber da controlada	298	28	-	-
Estorno de dividendos propostos pela controlada	(28)	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(247.081)	(121.256)	(247.962)	(121.325)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:				
Empréstimos e financiamentos - captação	60.882	25.323	60.882	25.323
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(91.226)	(86.687)	(91.226)	(86.687)
Contratos de repasse do OGU	55.759	-	55.759	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio - pagamento	(100.314)	(8.382)	(100.314)	(8.382)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(74.899)	(69.746)	(74.899)	(69.746)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(91.024)	103.694	(89.438)	103.374
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.834	147.858	58.695	148.133
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	147.858	44.164	148.133	44.759
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(91.024)	103.694	(89.438)	103.374

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 e 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2009	2008 (Reclassificado)	2009	2008 (Reclassificado)
1- Receitas	1.288.150	1.187.663	1.288.873	1.187.906
Vendas dos serviços	1.289.038	1.187.855	1.289.589	1.188.500
Devoluções e abatimentos	-	-	(27)	(421)
Provisão para devedores duvidosos, reversão/constituição	(587)	(98)	(587)	(98)
Outras receitas	(301)	(94)	(102)	(75)
2- Insumos adquiridos de terceiros	359.365	288.221	353.602	283.291
Custos dos serviços	294.431	221.068	288.183	215.568
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	64.934	67.153	65.419	67.723
3- Valor adicionado bruto (1-2)	928.785	899.442	935.271	904.615
4- Retenções	102.746	67.251	102.868	67.424
Depreciações e provisões	102.746	67.251	102.868	67.424
5- Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	826.039	832.191	832.403	837.191
6- Valor adicionado recebido em transferência	67.549	45.597	66.316	45.501
Receitas financeiras	64.692	45.245	64.785	45.299
Equivalência patrimonial	1.326	150	-	-
Doações e subvenções	1.531	202	1.531	202
7- Valor adicionado total a distribuir (5+6)	893.588	877.788	898.719	882.692
8- Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos (exceto previdência social)	360.889	314.145	361.879	315.273
Salários	199.367	177.497	200.026	178.119
FGTS	15.403	13.494	15.453	13.547
Vale transporte	1.222	1.403	1.228	1.411
Fundação CORSAN	28.230	27.553	28.230	27.553
PAT	30.445	24.483	30.529	24.597
IPE	14.353	12.922	14.408	13.073
Honorários da diretoria e conselhos	675	401	731	485
Participação nos resultados	17.153	25.400	17.153	25.400
Indenizações de ações trabalhistas	39.429	18.591	39.429	18.604
Outros	14.612	12.401	14.692	12.484
Impostos, taxas e contribuições	246.458	222.850	250.594	226.613
Federal	241.073	217.272	242.927	218.755
Estadual	4.608	5.127	6.890	7.407
Municipal	777	451	777	451
Remuneração de capitais de terceiros	68.700	128.827	68.705	128.832
Despesas financeiras	55.240	122.343	55.245	122.348
Aluguéis	13.460	6.484	13.460	6.484
Remuneração de capitais próprios	217.541	211.966	217.541	211.974
Juros sobre o capital próprio	38.903	27.835	38.903	27.835
Dividendos propostos	17.609	12.285	17.609	12.285
Lucros retidos	161.029	171.846	161.029	171.846
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	8
Total do valor adicionado distribuído	893.588	877.788	898.719	882.692

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais, exceto dividendos/juros sobre o capital próprio por ação)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVA DE REAVLIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
		AUXÍLIOS PARA OBRAS	DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS		RESERVA LEGAL	RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS		
Saldos em 31/12/07	503.842	9.262	7.886	116.821	-	-	-	(75.596)	562.215
Realização de reservas	-	-	-	(13.826)	-	-	-	13.826	-
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	4.112	4.112
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	211.966	211.966
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(27.835)	(27.835)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(12.285)	(12.285)
Constituição de reservas	-	-	-	-	7.715	2	106.471	(114.188)	-
Saldos em 31/12/08	503.842	9.262	7.886	102.995	7.715	2	106.471	-	738.173
Realização de reservas	-	-	-	(11.510)	-	-	-	11.510	-
Provisão para tributos diferidos	-	-	-	48	-	-	-	-	48
Créditos fiscais diferidos	-	-	-	-	-	-	-	3.985	3.985
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	217.541	217.541
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:									
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(38.903)	(38.903)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(17.609)	(17.609)
Constituição de reservas	-	-	-	-	10.877	76	165.571	(176.524)	-
Saldos em 31/12/09	503.842	9.262	7.886	91.533	18.592	78	272.042	-	903.235
DIVIDENDO/JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO POR AÇÃO (em reais)									
ACÇÕES ORDINÁRIAS		0,12680							
ACÇÕES PREFERENCIAIS		0,13948							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Anônimas, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e passou a operar, de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966. A CORSAN está registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 92.802.784/0001-90, inscrita no Registro Estadual sob o nº 43300015921, com sede em Porto Alegre, na Rua Caldas Júnior, nº 120, 18º andar, Centro. O Acionista Controlador é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do capital votante e 91,56% do capital total e está vinculada à Secretaria Estadual de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – SEHADUR. O objeto da Empresa é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e

projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades. Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul. A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Barrisul - Porto Alegre

www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Atua em 314 municípios gaúchos com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 44 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Na maioria dos municípios as operações decorrem de Contratos de Concessões, destes há 60 cujos prazos expiraram em 31 de dezembro de 2009, sendo que todos estão em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa previstos na legislação específica. Até dezembro de 2009 foram celebrados 126 Contratos de Programa, com prazo médio de 25 anos. As renovações correspondem a 39,73% da receita operacional. A Administração prevê que os contratos em andamento resultarão em novos contratos ou prorrogações, afastando o risco da descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgotos.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Neste contexto, em 2009, o CPC emitiu 26 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas, aprovados por Deliberações da CVM. Segundo CPC 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22/12/09, os pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40 e interpretações diversas, emitidos em 2009, estão sendo sugeridos como de adoção obrigatória para 2010, com efeito retroativo a 2009 para fins comparativos.

Os pronunciamentos e interpretações que poderão ser aplicáveis à Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC / ICPC	Título	CVM
CPC 15	Combinação de negócios	Del. 580/09
CPC 16	Estoques	Del. 575/09 (alterada pela Del. 624/10)
CPC 18	Investimento em coligada e em controlada	Del. 605/09
CPC 20	Custos de empréstimos	Del. 577/09
CPC 21	Demonstração intermediária	Del. 581/09
CPC 22	Informações por segmentos	Del. 582/09
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	Del. 592/09
CPC 24	Evento subsequente	Del. 593/09
CPC 25	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Del. 594/09
CPC 26	Apresentação das demonstrações contábeis	Del. 595/09 (alterada pela Del. 624/10)
CPC 27	Ativo imobilizado	Del. 583/09
CPC 30	Receitas	Del. 597/09
CPC 32	Tributos sobre o lucro	Del. 599/09
CPC 33	Benefícios a empregados	Del. 600/09
CPC 36	Demonstrações consolidadas	Del. 608/09 (alterada pela Del. 624/10)
CPC 37	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade	Del. 609/09
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	Del. 604/09
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação	Del. 604/09
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidênciação	Del. 604/09
CPC 43	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40	Del. 610/09
ICPC 01	Contratos de concessão	Del. 611/09
ICPC 08	Contabilização da proposta de pagamento de dividendos	Del. 601/09
ICPC 09	Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial	Del. 618/09
ICPC 10	Aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPC 27, 28, 37 e 43	Del. 619/09

A Administração da Companhia está analisando os impactos das alterações trazidas pelos novos pronunciamentos. No momento, entende não ser possível determinar os efeitos destas alterações para os exercícios de 2009 e 2010. As Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas para fins de comparabilidade nas seguintes rubricas:

Em 31/12/08	Reclassificado para	Controladora	Consolidado
Valores a compensar	Outros créditos		
Ativo circulante	Ativo circulante	2.180	2.228
Créditos com Prefeituras Municipais	Outros créditos		
Ativo circulante	Ativo circulante	914	914
Créditos com Prefeituras Municipais	Outros créditos		
Ativo realizável a longo prazo	Ativo realizável a longo prazo	3.020	3.020
Estoques	Estoque para obras		
Ativo circulante	Ativo imobilizado	12.985	12.985
Provisões tributárias, trabalhistas e outras	Impostos e contribuições		
Passivo circulante	Passivo circulante	1.742	1.776
Consignações	Outros débitos		
Passivo circulante	Passivo circulante	294	294
	Outros débitos		
	Passivo circulante	2.269	2.269

A Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado referentes ao exercício de 2008 também foram reclassificadas. Os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados expressamente.

3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN e sua controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL. A Controladora detém 100% do capital social da Controlada. Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis:

- A Controladora e a Controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais;
- Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados;
- Foram destacadas as parcelas do patrimônio líquido e do resultado do exercício referentes à participação de acionistas não controladores no exercício de 2008.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- Apuração do resultado**
As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime de competência.
- Contas a receber de usuários**
Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada rota de clientes.
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa**
Considerando a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado, é calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto. O valor provisionado é considerado suficiente para expectativa de perdas na realização dos créditos.
- Estoques**
Os materiais em almoxarifado destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto encontram-se classificados no ativo circulante e os destinados a aplicação em obras, classificados no imobilizado, estoque para obras. A avaliação está pelo custo médio de aquisição que não excede o custo de realização.
- Investimentos**
A participação na Empresa Controlada está avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e os demais, demonstrados pelo custo de aquisição.
- Imobilizado**
Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, e conforme nota 11, grande parte dos bens integrantes do imobilizado foram reavaliados, como também acrescida a correção monetária complementar, art. 3º, Lei nº 8.200 de 29/06/91. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais para os sistemas de água e esgoto e instalações fixas é 4%; veículos 20% e demais bens móveis 10%. Os juros e demais encargos financeiros, relacionados a financiamentos de bens do imobilizado em andamento, são apropriados ao custo de aquisição ou construção. O teste de *impairment* dos bens registrados no imobilizado, procedido em 2009, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar.
- Instrumentos financeiros**
Os principais instrumentos financeiros existentes em 31/12/09 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos e parcelamentos de impostos e contribuições, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. A Companhia não realizou até 31/12/09 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08 e Pronunciamento Técnico CPC 14 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 566 de 17/12/08. Os empréstimos e financiamentos em 31/12/09, cujas características e taxas de atualização estão descritas na nota 13, possuem R\$ 71.171 vinculado ao dólar norte americano, para o qual não existe mecanismo de proteção contra eventuais oscilações. Os financiamentos, em 31/12/09, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado.
- Empréstimos e financiamentos**
Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.
- Provisão para férias e encargos**
Constituída mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.
- Programa de participação nos resultados - PPR**

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

k) Provisão para contingências
Constituída com base na expectativa do desfecho desfavorável dos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, imputados na justiça em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas. Os saldos das provisões para contingências estão sendo apresentados líquidos dos respectivos depósitos judiciais.

l) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados
A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação, em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuarial independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371 de 2000, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

O valor reconhecido no ativo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, calculados com base nos valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros e prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O valor reconhecido no passivo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação.

n) Dividendos e juros sobre o capital próprio
O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

Os dividendos propostos a receber da Controlada foram contabilizados no ativo circulante em outros créditos em contrapartida à conta de investimentos.

o) Direitos e obrigações
Estão demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas (passivos). Os direitos e obrigações sujeitos à variação monetária ou variação cambial evidenciam-se pelos valores atualizados na data do balanço, atendendo ao critério *pro rata die*.

p) Uso de estimativas
A elaboração das Demonstrações Contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

q) Ajustes a valor presente
Quanto à obrigatoriedade de ajuste a valor presente das operações ativas e passivas de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, requeridos pela Deliberação CVM nº 564/08, registra-se que não foram identificadas operações com efeitos significativos e as operações da Companhia estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização.

r) Lucro líquido por ação
Está calculado com base no número de ações na data de levantamento do balanço patrimonial e o valor do lucro por ação está expresso em reais.

5. CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Contas a receber vencidas		
Particular	92.433	81.816
Pública	3.910	3.861
Contas a receber vencidas		
Particular	36.022	32.818
Pública	34.589	39.651
Receitas a faturar	42.004	37.818
Total de contas a receber	208.958	195.964
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.413)	(6.826)
Total de contas a receber, líquidas	201.545	189.138

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

Contas a receber vencidas	2009		2008	
	Particular	Pública	Particular	Pública
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	23.163	2.769	20.818	1.762
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	4.311	4.432	4.378	2.713
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	3.796	2.577	3.457	3.353
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.240	1.776	963	7.303
Créditos vencidos - mais de 360 dias	3.512	23.035	3.202	24.520
Total	36.022	34.589	32.818	39.651

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas. A conta receitas a faturar: refere-se aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês. A provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

No ano de 2009, contabilizou-se R\$ 6.463 (R\$ 5.076 em 2008) a título de perdas no recebimento de créditos, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 9.430/96 e pelo regulamento do imposto de renda.

6. ESTOQUES

Itens	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Tubulações de água e esgoto	80.512	38.025	80.512	38.025
Materiais de tratamento/laboratório	1.521	871	2.074	1.817
Materiais diversos	3.504	2.937	3.512	2.974
Total	85.537	41.833	86.098	42.816
Estoques - Circulante	34.320	28.848	34.881	29.831
Estoque para obras - Imobilizado	51.217	12.985	51.217	12.985

Na CORSAN, os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto e aplicação em investimentos. Os materiais destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto, classificados no ativo circulante, somam R\$ 34.320 em 31/12/09 (R\$ 28.848 em 31/12/08), os materiais destinados a aplicação em obras, classificados no imobilizado, estoque para obras, montam R\$ 51.217 em 31/12/09 (R\$ 12.985 em 31/12/08). O aumento do valor dos estoques ocorrido em 2009 deu-se em virtude, principalmente, da aquisição de materiais para execução de obras oriundas de novos financiamentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

7. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

De acordo com a Instrução CVM nº 371/02 vêm sendo apropriados os créditos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda pessoa jurídica, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Prejuízos fiscais	152.602	233.703
Adições temporárias	358.833	346.169
Exclusões temporárias	(312.518)	(307.829)
Base de cálculo	198.917	272.043
Ativo fiscal diferido (25%)	49.729	68.011
Base de cálculo negativa de contribuição social	31.692	115.724
Adições temporárias	357.772	342.748
Exclusões temporárias	(345.877)	(348.719)
Base de cálculo	43.587	109.753
Ativo fiscal diferido (9%)	3.923	9.878
Soma dos créditos diferidos de IRPJ e CSLL	53.652	77.889

Outrossim, tendo como base o estudo técnico de viabilidade, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia apropriou a totalidade dos créditos em 2009 (75% dos créditos em 2008, no montante de R\$ 58.416) e concluiu que o período máximo de realização seria em até quatro anos. A movimentação ocorrida nos dois últimos exercícios é a seguinte:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Saldo em 31/12/07		49.099
Ajustes em 2008 no resultado referentes à realização		(10.155)
Ajustes em 2008 no resultado referentes à complementação		15.360
Ajustes em 2008 na conta de patrimônio líquido		4.112
Saldo em 31/12/08		58.416
Ajustes em 2009 no resultado referentes à realização		(18.177)
Ajustes em 2009 no resultado referentes à complementação		9.428
Ajustes em 2009 na conta de patrimônio líquido		3.985
Saldo em 31/12/09		53.652
Perspectiva de realização em		
2010		14.682
2011		14.183
2012		13.848
2013		10.939
Total		53.652



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Barrisul - Porto Alegre

www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

Em dezembro de 2009, a Companhia registrou um complemento de 25% dos créditos fiscais diferidos, sendo R\$ 3.985 no patrimônio líquido e R\$ 9.428 no resultado. Desta forma, reconheceu 100% dos créditos.

8. OUTROS CRÉDITOS

CURTO PRAZO	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Bloqueio judicial indevido	3.802	2.049	3.802	2.049
Créditos com prefeituras municipais	917	914	917	914
Créditos de empregados	3.972	3.195	3.972	3.195
Dividendos propostos pela Controladora	298	28	-	-
Por serviços ou obras prestados a terceiros	610	274	610	274
Valores a compensar	80	2.180	162	2.228
Créditos diversos	464	374	646	495
Total	10.143	9.014	10.109	9.155

LONGO PRAZO	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ações de parcelamentos de dívidas	2.525	2.525	2.525	2.525
Créditos com prefeituras municipais	2.177	3.020	2.177	3.020
Créditos diversos	73	836	89	854
Total	4.775	6.381	4.791	6.399

9. RECLAMAÇÕES E RESCISÕES CONTRATUAIS

O saldo de reclamações e rescisões contratuais no valor de R\$ 20.234 em 31/12/09 (R\$ 15.783 em 31/12/08) refere-se, principalmente, ao fornecimento de água ao município de Novo Hamburgo, relativo ao sistema integrado, cujo recebimento vem sendo discutido na esfera judicial.

10. PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA CONTROLADA

O investimento na controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL está assim representado:

	2009	2008
Capital social	2.264	2.264
Nº de ações	2.149	2.264
Patrimônio líquido	3.302	2.366
Resultado do período	1.326	158
Percentual de participação - %	100,00	94,92
Saldo no início do exercício	2.246	2.125
Resultado de equivalência patrimonial	1.326	150
Outros ajustes de equivalência patrimonial	-	(1)
Efeito da variação do percentual de participação	-	-
Estorno de dividendos propostos	(28)	(28)
Dividendos propostos	(298)	(28)
Saldo final do exercício	3.302	2.246

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 18 de março de 2009 pela CIEL foi aprovada a retenção do dividendo obrigatório no valor de R\$ 30, conforme autoriza a Lei nº 6.404/76. No mesmo dia, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado o resgate da totalidade das ações ordinárias da classe A (115 ações), sem redução do capital, bem como aprovada a retirada do valor nominal das ações. O capital social da CIEL é de R\$ 2.264, formado por 2.149 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas pertencentes à CORSAN.

11. IMOBILIZADO TÉCNICO E OBRAS EM ANDAMENTO

Imobilizado técnico	Controladora			Consolidado		
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Sistemas de abastecimento de água	960.485	(425.100)	535.385	912.353	(387.916)	524.437
Custo aquisição	960.485	(425.100)	535.385	912.353	(387.916)	524.437
Correção monetária complementar	153.797	(134.022)	19.775	153.969	(129.803)	24.166
Reavaliação	634.205	(552.941)	81.264	635.595	(538.456)	97.139
Total	1.748.487	(1.112.063)	636.424	1.701.917	(1.056.175)	645.742
Sistemas de esgoto	559.642	(181.347)	378.295	549.311	(159.157)	390.154
Custo aquisição	559.642	(181.347)	378.295	549.311	(159.157)	390.154
Correção monetária complementar	48.223	(37.672)	10.551	48.223	(35.946)	12.277
Reavaliação	25.069	(19.245)	5.824	25.069	(18.281)	6.788
Total	632.934	(238.264)	394.670	622.603	(213.384)	409.219
Bens de uso geral	267.986	(183.561)	84.425	252.218	(174.747)	77.471
Custo aquisição	267.986	(183.561)	84.425	252.218	(174.747)	77.471
Correção monetária complementar	72.150	(66.220)	5.930	72.373	(65.029)	7.344
Reavaliação	72.895	(37.717)	35.178	72.895	(37.152)	35.743
Total	413.031	(287.498)	125.533	397.486	(276.928)	120.558
Total geral	2.794.452	(1.637.825)	1.156.627	2.722.006	(1.546.487)	1.175.519

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994, cujo saldo líquido das respectivas baixas e depreciações monta R\$ 122.266 em 31/12/09 (R\$ 139.670 em 31/12/08). Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens. Em cumprimento à Deliberação CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo não circulante (nota 16).

A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. A Companhia optou por manter o saldo da reserva de reavaliação até sua efetiva realização, conforme faculta a Deliberação CVM nº 565/08. Desta forma, o valor do ativo imobilizado reavaliado existente no início do exercício social de 2008 passa a ser considerado como o novo valor de custo para fins de mensuração futura e determinação do valor recuperável. A reserva de reavaliação, no patrimônio líquido, continuará sendo realizada para a conta de lucros acumulados, na mesma base que vinha sendo efetuada antes da promulgação da Lei nº 11.638/07.

Em atendimento à Lei nº 6.404/76 e ao pronunciamento técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, a Companhia avaliou a existência de qualquer indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização no exercício de 2009 e mesmo sem qualquer evidência de desvalorização, efetuou o teste de *impairment* dos bens registrados no imobilizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. O estudo demonstrou que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a ser registrada.

A conta de obras em andamento tem a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado
	2009	2008
Água - Custo aquisição	83.109	80.843
Esgoto - Custo aquisição	161.954	42.179
Bens de uso geral - Custo aquisição	197	28
Encargos financeiros sobre obras	3.432	878
Adiantamentos a terceiros	21.182	17.225
Estoque para obras	51.217	12.985
Valores capitalizáveis apropriados	26.608	23.356
Total	347.699	177.494

O saldo da conta adiantamentos a terceiros monta R\$ 21.182 em 31/12/09 (R\$ 17.225 em 31/12/08). O principal valor, R\$ 14.850, refere-se a uma demanda de desapropriação da localidade denominada Lago Dourado, em Santa Cruz do Sul. Em julho de 2008, foi efetuado depósito judicial do valor incontroverso da ação (R\$ 14.850), o qual teve levantamento autorizado em dezembro de 2008, com a consequente transferência para a conta de adiantamentos a terceiros.

Reconciliação do imobilizado técnico e obras em andamento da Controladora:

Imobilizado	Imobilizado técnico				Total do imobilizado
	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	
Saldo em 31/12/09	636.424	394.670	125.533	347.699	1.504.326
Adições	14.172	1.126	16.980	215.073	247.351
Baixas	(170)	-	(133)	(1.552)	(1.855)
Transferências	34.110	9.206	-	(43.316)	-
Depreciações	(57.430)	(24.881)	(11.872)	-	(94.183)
Saldo em 31/12/08	645.742	409.219	120.558	177.494	1.353.013
Adições	13.339	17	13.089	94.839	121.284
Baixas	(122)	-	(26)	(317)	(465)
Transferências	44.949	17.342	845	(63.136)	-
Depreciações	(59.333)	(24.665)	(12.347)	-	(96.345)
Saldo em 31/12/07	646.909	416.525	118.997	146.108	1.328.539

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi sustado o cumprimento do mandato de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. Por esta pendência judicial, deixou-se de contabilizar a depreciação gerada por esses bens e aguarda-se decisão definitiva do Judiciário para registrar contabilmente os efeitos.

Os saldos existentes dessa pendência, incluídos no quadro inicial desta nota explicativa, tem a seguinte composição:

Imobilizado técnico	Sistema de abastecimento de água	Sistema de esgoto	Bens de uso geral	Total
Novo Hamburgo	28.737	2.609	5.648	36.994
Custo corrigido	28.737	2.609	5.648	36.994
Custo de aquisição	6.957	907	2.712	10.576
Correção monetária complementar	2.505	1.653	1.831	5.989
Reavaliação	19.275	49	1.105	20.429
Depreciação acumulada	(13.414)	(686)	(1.792)	(15.892)
Custo de aquisição	(2.838)	(273)	(556)	(3.667)
Correção monetária complementar	(1.435)	(387)	(328)	(2.150)
Reavaliação	(9.141)	(26)	(908)	(10.075)
Total	15.323	1.923	3.856	21.102

O imobilizado técnico da Controladora está representado a seguir:

Imobilizado	2009			2008		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Bens de uso geral	3.440	(2.445)	995	3.272	(2.520)	752
Custo aquisição	3.440	(2.445)	995	3.272	(2.520)	752
Total	3.440	(2.445)	995	3.272	(2.520)	752

12. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os ativos operacionais, porque historicamente, não há comprometimento quanto a garantia e a confiabilidade na continuidade dos serviços prestados. Os prédios, maquinários e veículos da controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL estão cobertos por seguro na modalidade vendável e incêndio, com importância segurada dentro dos limites técnicos julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Demonstra-se a seguir o perfil da composição da dívida de curto e longo prazos:

Instituição	Indexador	Taxa de juros anual	Último vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto prazo		Longo prazo	
				2009	2008	2009	2008
Banco do Brasil	TR	7,435%	31/03/14	37.322	35.808	121.297	152.184
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	-	-	35.945	-
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	7.641	10.427	63.530	93.796
Caixa Econômica Federal	UPR*	6,0 a 9,5%	17/02/30	21.688	19.922	103.155	107.186
Caixa Econômica Federal	UPR*	5,0 a 12,0%	28/12/15	3.053	1.221	41.380	25.469
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR*	6,00%	06/05/30	18.635	18.701	61.775	81.717
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	2.048	2.039	2.309	4.324
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR*	6,00%	06/05/30	3	-	184	11
Prefeitura Municipal de Osório	UPR*	6,00%	04/08/30	-	-	13.208	5.930
Total				68.702	68.196	339.628	363.431

* UPR - Unidade Padrão de Referência: mesmo índice utilizado pela Caixa Econômica Federal para atualização do FGTS (TR).

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado e com a Prefeitura Municipal de Osório foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN.

Em 31/12/09, o montante do passivo não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	65.488
2012	64.331
2013	65.109
2014	31.348
2015	15.256
Após 2015	98.096
Total	339.628

14. FORNECEDORES

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fornecedores de materiais e serviços	98.611	62.348	98.091	61.669
Parcelamento - CEEE	-	265	-	265
Parcelamento - DMAE	15.467	19.600	15.467	19.600
Parcelamento - PROCERGS (Nota 22 (d))	9.050	13.962	9.050	13.962
Total	123.128	96.175	122.608	95.496
Curto prazo	111.716	79.556	111.196	78.877
Longo prazo	11.412	16.619	11.412	16.619

O parcelamento com o DMAE refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão. Em 31/12/09, o montante dos compromissos com fornecedores, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	4.150
2012	4.150
2013	3.112
Total	11.412

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto prazo		Longo prazo	
				2009	2008	2009	2008
COFINS - Proc. 11080.006781/2004-51		SELIC	31/08/09	-	11.649	-	-
PASEP - Proc. 11080.009138/2005-61		SELIC	31/10/10	12.679	14.201	-	11.834
PASEP - Proc. 11080.001942/00-52		SELIC	31/10/10	1.700	1.904	-	1.587
INSS - Proc. 01629386-0	UFIR	1% a.m	20/04/13	1.094	1.056	2.552	3.520
Total				15.473	28.810	2.552	16.941

Em 31/12/09, os compromissos com impostos e contribuições evidenciados no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	1.094
2012	1.094

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

o PASEP R\$ 365 no longo prazo (R\$ 50 no curto prazo e R\$ 161 no longo prazo em 2008). Por ocasião da prestação do serviço é apurada a obrigação e constituída a provisão, quando do recebimento da fatura é realizada a liquidação do valor provisionado.

17. OUTROS DÉBITOS

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Consignações a recolher	3.082	2.269	3.082	2.269
Depósitos e retenções contratuais	4.569	3.188	4.569	3.188
Outras contas a pagar	3.231	372	3.361	425
Total	10.882	5.829	11.012	5.882

A Controladora apresenta, no passivo não circulante, o valor de R\$ 168 em 31/12/09 (R\$ 46 em 31/12/08) referente à créditos de ex-acionistas.

18. CONTRATOS DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO – OGU

Foram assinados contratos de repasse entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, o Estado do Rio Grande do Sul, cuja operacionalização se deu por intermédio da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e a CORSAN, que têm por finalidade a ampliação do sistema de esgotamento sanitário das localidades de Alvorada/Viamão, Canoas, Esteio/Sapucaia, São Gabriel, Uruguai, Venâncio Aires e Carazinho. A CORSAN, na qualidade de interveniente executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida de cada contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$ 237.382. Será alocado pela Companhia o valor de R\$ 40.465 a título de contrapartida. Em 31/12/09, o valor repassado à CORSAN para investimento monta R\$ 55.759, conforme se demonstra a seguir:

Município	Valor contratado		Valor repassado em 2009	
	Repasse	Contrapartida	Repasse	Contrapartida
Alvorada/Viamão	91.035	16.065	22.351	12.230
Canoas	34.170	6.030	12.230	977
Carazinho	4.449	500	19.109	1.092
Esteio/Sapucaia do Sul	89.930	15.870	-	-
São Gabriel	4.449	500	-	-
Uruguai	8.900	1.000	-	-
Venâncio Aires	4.449	500	-	-
Total	237.382	40.465	55.759	1.092

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências foram atualizadas e consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, líquidas dos valores depositados judicialmente, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável. Esses valores foram contabilizados conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para contingências é composta como segue:

Ações	Controladora			
	Saldo em 31/12/08	Adições	Exclusões	Saldo em 31/12/09
Trabalhistas	147.830	46.444	(65.097)	133.390
Cíveis e fiscais	37.793	53.471	(22.515)	70.948
Total	185.623	99.915	(87.612)	206.338
(-) Depósitos judiciais	(84.038)	(105.108)	63.657	(125.489)
Total	101.585	(5.193)	(23.955)	80.849

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 241/93 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual e ganhou a ação. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a ação continuou, estando atualmente em fase de liquidação. Em 31/12/09 esta provisão totaliza R\$ 23.680 (R\$ 22.112 em 31/12/08).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 4.259 ações. Em 31/12/09 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$ 111.710 (R\$ 125.718 em 31/12/08).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$ 38.135 em 31/12/09 (R\$ 21.672 em 31/12/08).

Ações cíveis e fiscais

As ações cíveis referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Em 31/12/09 estas provisões totalizam R\$ 70.948 (R\$ 37.793 em 31/12/08).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, R\$ 95.611 em 31/12/09 (R\$ 92.035 em 31/12/08).

Adicionalmente, em agosto de 2005, a CORSAN foi notificada de ação pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual - MP, Promotoria de Rio Grande. Esta ação requereu da Companhia, entre outras ponderações, indenização por danos patrimoniais e extrapatrimoniais aos moradores do Parque Marinha. Conforme opinião dos assessores jurídicos externos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito. Desde o advento dessa ação, foram intentadas 384 ações ambientais em Rio Grande, por moradores do Parque Marinha, com o mesmo objeto requerido na Ação Civil Pública. Em 24/09/09 foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a CORSAN e o MP, onde foram dispostas várias obrigações de cunho ambiental (a maioria já satisfetidas), em especial o aterramento do banhado e a realização de cobertura das valas de escoamento pluvial do Parque Marinha. Também foram estipuladas indenizações administrativas, baseadas em laudo técnico do MP. Tais indenizações são calculadas por zonas, tendo como parâmetro a distância entre a residência do usuário e a Estação de Tratamento de Esgoto - ETE. A CORSAN já está implementando o pagamento de tais indenizações administrativas e, por força do TAC, foram propiciadas também várias audiências de conciliação nos processos judiciais, tendo como referência os valores do Termo. Os valores pagos pelos processos administrativos e judiciais em dezembro de 2009 montam R\$ 40. Recentemente foram ajuizadas mais 62 ações contra a CORSAN em Rio Grande, relativas à ETE Navegantes, com o mesmo pedido de indenização feito por moradores do Parque Marinha.

No que tange ao Município de Passo Fundo, ainda no ano de 2005, a CORSAN, igualmente, foi citada em 462 processos judiciais/ambientais, hoje totalizando 581 processos, cujo objeto busca a condenação em danos materiais, pela desvalorização da propriedade, e danos morais, decorrente do cheiro exalado pela Estação de Tratamento de Esgoto. As ações possuem valor da causa de R\$ 40, quando o polo ativo é integrado apenas por um autor e R\$ 100, quando integrado por mais de um. A CORSAN ingressou com Impugnação ao Valor da Causa em todos os processos, sendo que tais demandas foram julgadas procedentes, determinando o Juiz que o valor da causa fosse alterado para o valor de alçada, atualmente, no valor de R\$ 1. Conforme opinião dos assessores jurídicos internos, o processo foi estimado como perda possível, com diminuição da eventual responsabilidade da Companhia pelos atos impugnados no feito.

Em setembro de 2009, foi contabilizado complemento de provisão no valor de R\$ 18.589, referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. versus CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denúncia da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. O valor provisionado até então, de R\$ 12.452, era considerado suficiente para contingenciar o valor de R\$ 9.602 que a CORSAN ainda entende como devido em tal feito, sendo que a soma de R\$ 31.041 foi depositada em 01/10/09 em face da ordem judicial emanada do julgamento do Agravo de Instrumento nº 70024759466, em curso na 21ª Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, interposto exatamente em face da CORSAN ter sido intimada, em junho de 2008, a efetuar o pagamento da condenação sem direito de impugnar o valor devido, sendo que tal direito foi deferido na decisão do Agravo de Instrumento interposto pela CORSAN. Esse valor foi integralmente depositado judicialmente em 01/10/09 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente (ENC/Andrade) pela CORSAN, salientando que apenas por cautela efetuou o depósito em valor muito superior ao que a Empresa entende como devido (R\$ 9.602), objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária.

A Controladora possui ações trabalhistas, para as quais está provisionado o valor de R\$ 56 em 31/12/09 (R\$ 100 em 31/12/08) e uma ação cível no valor de R\$ 10 em 31/12/09 (R\$ 10 em 31/12/08).

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada FUNCORSAN no valor de R\$ 172.333 em 31/12/09 (R\$ 193.110 em 31/12/08), conforme nota 22 c, sendo esse valor superior ao passivo atuarial calculado conforme a Deliberação CVM nº 371/00. A Companhia, além deste saldo de débitos, reconheceu, em 31/12/09, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$ 2.342. O saldo da provisão para benefício pós-emprego monta R\$ 41.301 em 31/12/09 (R\$ 43.643 em 31/12/08). Segue abaixo descrição dos cálculos atuariais:

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios BD nº 001, é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidiram contribuições para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto

FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC). Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2009	2008
(1) Obrigações atuariais	876.242	1.001.988
(2) Valor justo dos ativos do plano	(526.675)	(442.250)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	349.567	559.738
(4) Obrigação atuarial a ser reconhecida pelos participantes	(86.841)	(182.678)
(5) Obrigação atuarial de responsabilidade do empregador (3+4)	262.726	377.060
(6) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	(166.745)	(267.786)
(7) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (5+6)	95.981	109.274
(8) Passivo atuarial calculado no ano anterior	(109.274)	-
(9) Passivo reconhecido excedente à obrigação atuarial (7+8)	(13.293)	-

Tendo em vista que a CORSAN possui contratos de reconhecimento de débitos com o plano, que totalizam R\$ 172.333 em 31/12/09 (R\$ 193.110 em 31/12/08), devem ser mantidos esses registros contábeis, que são superiores ao passivo atuarial calculado pelas regras da Deliberação CVM nº 371/00, de R\$ 95.981, demonstrado no quadro anterior.

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante o ano de 2009 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	109.274
(2) Despesa reconhecida na Demonstração do Resultado durante o ano de 2009	46.182
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano de 2009	(59.475)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	95.981

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2009, assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2010, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa reconhecida e a reconhecer na Demonstração do Resultado	2009	2010
(1) Custo do serviço corrente (com juros)	17.136	14.687
(2) Contribuições esperadas de participantes	(21.632)	(25.903)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	81.644	86.655
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(45.263)	(55.562)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	14.297	5.447
(6) Despesa reconhecida e a reconhecer segundo Deliberação CVM nº 371 (1+2+3+4+5)	46.182	25.324
(7) Contribuições do empregador referente a custeio do plano	(59.475)	(68.224)
(8) Total da despesa (receita) adicional a reconhecer (6+7)	(13.293)	(42.900)

Para o próximo exercício, os valores de despesa (receita) esperados foram calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais e do ativo líquido do plano.

Política contábil para reconhecimento dos ganhos/perdas atuariais: os estudos atuariais apontam a movimentação de diversas variáveis (premissas) para os exercícios futuros. Essas projeções podem ser concretizar ou não, fazendo com que, a cada reavaliação atuarial anual, sejam calculadas as diferenças entre os valores projetados e os que efetivamente ocorreram. A essas diferenças dá-se o nome de ganho ou perda atuarial. No caso específico da avaliação de 31/12/09, houve transcendência do corredor para o plano de benefícios, o que explica a amortização relativa a ganhos e perdas atuariais projetada para o exercício de 2010.

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Empresa para o IPE-SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Empresa, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Para a apuração da provisão oriunda de benefícios pós-emprego do plano IPE-SAÚDE são considerados os compromissos da patrocinadora CORSAN com os seguintes grupos:

(1) Ativos da CORSAN com elegibilidade para entrada no plano PAI/SPP (Riscos iminentes)	1.182
(2) Atuais assistidos do plano de benefícios BD nº 001 (FUNCORSAN)	2.087
(3) Atuais assistidos do plano PAI/SPP (CORSAN)	992
(4) Total das obrigações atuariais (1+2+3)	4.261

Em 31/12/09 identifica-se o seguinte nível de cobertura neste plano:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2009	2008
(1) Obrigações atuariais	4.261	21.985
(2) Ativos para cobertura do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	4.261	21.985
(4) Valor já provisionado na CORSAN	(21.985)	-
(5) Valor adicional a ser provisionado (3+4)	(17.724)	-

c) Suplementação provisória de proventos PAI/SPP

A CORSAN assegura um benefício de suplementação provisória de proventos aos participantes da FUNCORSAN, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2009 - 2010.

Para o recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

- Contar na data base de 01 de maio de 2005 com pelo menos 53 anos de idade. Os empregados que não possuírem esta idade na data mencionada, deverão cumprir um período de trabalho adicional equivalente a 25% do tempo que faltaria para que completassem 53 anos de idade;

- Obter aposentadoria junto à previdência social e contar com pelo menos 10 anos de trabalho na Empresa na data de concessão do benefício;

- Ser participante da FUNCORSAN há pelo menos 06 anos;

- Estar desligado da Empregadora.

O valor da suplementação provisória paga pela Companhia consiste na diferença entre o salário-real-de-benefício, calculado conforme regulamento da Fundação caso o empregado já tivesse implementado todas as carências, e o valor do "teto base", respeitado o benefício mínimo, o abono de aposentadoria e o teto máximo (cinco vezes o teto base FUNCORSAN), previstos no regulamento.

Este benefício de caráter provisório é concedido apenas e enquanto o empregado não preencher todos os requisitos de concessão do benefício na FUNCORSAN.

Para a apuração da provisão oriunda de benefícios pós-emprego do plano PAI/SPP são considerados os compromissos da patrocinadora com os seguintes grupos:

(1) Ativos da CORSAN com elegibilidade para recebimento do PAI/SPP (Riscos iminentes)	24.196
(2) Atuais assistidos do plano PAI/SPP (CORSAN)	12.844
(3) Total das obrigações atuariais (1+2)	37.040

Em 31/12/09 identifica-se o seguinte nível de cobertura neste plano:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos	2009	2008
(1) Obrigações atuariais	37.040	21.658
(2) Ativos para cobertura do plano	-	-
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	37.040	21.658
(4) Valor já provisionado na CORSAN	(21.658)	-
(5) Valor adicional a ser provisionado (3+4)	15.382	-

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

As premissas e métodos atuariais adotados foram aqueles requeridos pelos padrões da Deliberação CVM nº 371/00. Como exigido pelas regras da norma, foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais. Seguem as premissas:

Econômicas e financeiras

- Taxa de desconto atuarial - taxa real: 6,00% ao ano
- Taxa de desconto atuarial - taxa nominal: 10,24% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real: 6,00% ao ano
- Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa nominal: 10,24% ao ano
- Taxa de crescimento salarial futuro - taxa nominal: 6,08% ao ano
- Taxa de crescimento dos benefícios - taxa nominal: 4,00% ao ano
- Inflação projetada: 4,00% ao ano
- Fator de capacidade: 100,00%

Demográficas

- Tábua de mortalidade geral: AT 83 male
- Tábua de mortalidade de inválidos: AT 49 male
- Tábua de entrada em invalidez: light média
- Tábua de rotatividade: não aplicado
- Entrada em aposentadoria: 100% na elegibilidade
- Composição familiar: experiência FUNCORSAN

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 503.842, conforme composição acionária a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)
Estado do Rio Grande do Sul	203.659.006	169.321.006	372.980.012	91,56972301341	99,99999017966
Caixa de Administração da Dívida Pública S.A. - CADIP	-	34.338.000	34.338.000	8,43026716626	-
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,0000245508	0,0000147305
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,0000198203	0,0000098203
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,0000098203	0,0000098203
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,0000098203	0,0000098203
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,0000098203	0,0000098203
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,0000098203	0,0000098203
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,0000098203	0,0000098203
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,0000098203	0,0000098203
Total	203.659.026	203.659.026	407.318.052	100,00000000000	100,00000000000



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Barrisul - Porto Alegre

www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

Em dezembro de 2009, foram transferidas 125.662.000 ações preferenciais nominativas de emissão da CORSAN, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S/A - CADIP para o Estado do Rio Grande do Sul.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais. O saldo das reservas de capital de R\$ 17.148 permanecerá no patrimônio líquido até a efetiva utilização conforme determina a Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de reavaliação

Foi realizada no exercício, transferindo-se para lucros acumulados, o montante de R\$ 11.510 (R\$ 13.826 em 2008), líquidos do imposto de renda e contribuição social, sendo que a realização se deu através de depreciação e baixas dos respectivos bens. Em cumprimento à Deliberação CVM nº 183/95, os impostos incidentes sobre a referida reserva foram destacados em conta do passivo não circulante (nota 16).

A Lei nº 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens. De acordo com a Deliberação CVM nº 565/08, a Companhia optou por manter o saldo da referida reserva que monta R\$ 91.533 em 31/12/09 (R\$ 102.995 em 31/12/08) até a efetiva realização.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, que relativamente ao exercício de 2009 atingiu R\$ 206.588, conforme se demonstra a seguir:

Lucro líquido do exercício de 2009	217.541
(-) Reserva legal 5%	(10.877)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(76)
Base de cálculo para dividendos	206.588

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendo obrigatório	Número de ações	Dividendo obrigatório	Dividendo por ação - R\$
Ações ordinárias	203.659.026	25.823	0,12680
Ações preferenciais	203.659.026	28.406	0,13948
Total	407.318.052	54.229	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou em 2009 o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 38.903 (R\$ 27.835 em 2008), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios, cujo demonstrativo dos dividendos propostos evidencia-se no quadro a seguir:

Dividendos/Juros sobre o capital próprio	Dividendo obrigatório	JSCP - Valor líquido	Dividendos propostos
Ações ordinárias	25.823	19.451	6.372
Ações preferenciais	28.406	17.169	11.237
Total	54.229	36.620	17.609

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 10.877 em 2009, conforme a Lei das Sociedades por Ações, à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido. O saldo da reserva legal é R\$ 18.592 em 31/12/09 (R\$ 7.715 em 31/12/08).

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos. O saldo da reserva de incentivos fiscais é R\$ 78 em 31/12/09 (R\$ 2 em 31/12/08).

Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe, sujeito a posterior aprovação da Assembléia Geral, a destinação do montante de R\$ 165.571 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros/prejuízos acumulados. O saldo da reserva de retenção de lucros monta R\$ 272.042 em 31/12/09 (R\$ 106.471 em 31/12/08).

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL

A CORSAN adquire da Empresa Controlada o produto químico sulfato de alumínio líquido, à razão de 2.400 toneladas/mês na base líquida, utilizado no tratamento da água. As condições de aquisição do referido produto são estabelecidas na legislação vigente com dispensa de licitação, com prazo de vencimento de 30 dias, sendo que os preços praticados estão alinhados com o mercado no valor de R\$ 410,00 (valor em reais) tonelada/FOB.

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a Controladora e a Controlada:

Contas	Controladora		Controlada	
	2009	2008	2009	2008
Créditos a receber	2	2	1.113	1.460
Faturamento relacionado	51	44	12.847	13.140

b) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações havidas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

Descrição	2009	2008
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	21.200	21.389
Rendimentos SIAC - Saldo a receber	28.278	13.516
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(1.991)	(45.112)
Juros sobre o capital próprio a pagar para a CADIP	(1.007)	(9.294)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(17.609)	(5.744)
Dividendos propostos a pagar para a CADIP	-	(6.541)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. O montante dos rendimentos em 31/12/09 é de R\$ 28.278 (R\$ 13.516 em 31/12/08), tendo sido apropriados o valor de R\$ 14.762 em 2009 (R\$ 12.383 em 2008).

Em 2009, foram realizados dois encontros de contas entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, em março no valor de R\$ 6.476 e em dezembro no valor de R\$ 5.142, envolvendo os seguintes itens:

- quitação, por parte do Estado junto à CORSAN, de faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto;
- quitação, por parte da CORSAN junto ao Estado, de faturas de fornecimento de água em 2009, de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Ainda em março de 2009, o Governo do RS pagou à CORSAN o valor de R\$ 8.191, referente faturas de fornecimento de água e/ou coleta/tratamento de esgoto.

c) Fundação CORSAN - FUNCORSAN

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Controladora e Consolidado			
				Curto prazo		Longo prazo	
				2009	2008	2009	2008
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	2.520	2.414	12.837	13.664
Contrato 042001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	12% a.a	31/01/11	16.271	16.031	393	13.858
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	12.147	11.969	86.739	91.608
Contrato 122005	(*)	6% a.a	01/12/18	3.694	3.819	37.732	39.747
Total				34.632	34.233	137.701	158.877

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos da reserva a amortizar e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31/12/09, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2011	15.627
2012	15.234
2013	15.234
2014	15.234
2015	15.234
Após 2015	61.138
Total	137.701

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar referente a parcelamentos existentes, em 31/12/09, é de R\$ 9.050 no curto prazo (R\$ 13.962 em 31/12/08, sendo R\$ 12.888 no curto prazo e R\$ 1.074 no longo prazo). O saldo a pagar, não parcelado, incluído na rubrica fornecedores de materiais e serviços é R\$ 2.554 em 31/12/09 (R\$ 13.893 em 31/12/08), vide nota 14.

23. RECEITA OPERACIONAL

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Demonstra-se a seguir a receita operacional bruta destes serviços referente aos exercícios de 2009 e 2008:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Dos serviços de abastecimento de água	1.220.223	1.122.665	1.220.223	1.122.665
Dos serviços de esgoto	68.651	63.424	68.651	63.424
Outras receitas de serviços prestados	164	1.766	715	2.411
Total	1.289.038	1.187.855	1.289.589	1.188.500

24. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Evidenciam-se a seguir os custos dos serviços, as despesas comerciais, as despesas administrativas e outras receitas/despesas operacionais referentes aos exercícios de 2009 e 2008:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Custos dos serviços	(676.966)	(574.009)	(671.514)	(569.329)
Pessoal	(285.926)	(255.630)	(286.624)	(256.361)
Materiais	(73.619)	(59.213)	(66.828)	(53.370)
Energia elétrica	(118.498)	(112.450)	(118.544)	(112.496)
Serviços de terceiros	(70.505)	(43.028)	(70.636)	(43.212)
Gerais	(39.636)	(9.368)	(40.003)	(9.481)
Depreciações e provisões	(88.782)	(94.320)	(88.879)	(94.409)
Despesas comerciais	(40.828)	(36.532)	(40.868)	(36.612)
Pessoal	(11.258)	(11.121)	(11.258)	(11.142)
Materiais	(274)	(1.091)	(274)	(1.091)
Serviços de terceiros	(20.363)	(17.550)	(20.407)	(17.611)
Gerais	(7.492)	(6.213)	(7.488)	(6.211)
Depreciações e provisões	(1.441)	(557)	(1.441)	(557)
Despesas administrativas	(171.180)	(113.567)	(172.095)	(114.701)
Pessoal	(115.633)	(95.304)	(116.078)	(95.842)
Materiais	(1.255)	(1.683)	(1.269)	(1.698)
Serviços de terceiros	(22.138)	(28.422)	(22.352)	(28.729)
Gerais	(19.044)	(15.685)	(19.262)	(15.876)
Depreciações e provisões	(13.110)	(27.527)	(13.134)	(27.444)
Outras receitas/despesas operacionais	(4.986)	(9.707)	(6.188)	(9.869)
Doações e subvenções	1.531	202	1.531	202
Equivalência patrimonial	1.326	150	-	-
Outras receitas	2	54	229	121
ICMS - Diferencial de alíquota	(4.292)	(2.519)	(4.292)	(2.519)
Juros e multas sobre tributos	(2.059)	(4.835)	(2.097)	(4.846)
Outros tributos	(1.191)	(2.611)	(1.228)	(2.631)
Outras despesas	(303)	(148)	(331)	(196)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Identificam-se a seguir as receitas e despesas financeiras referentes aos exercícios de 2009 e 2008:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras	64.692	45.245	64.785	45.299
Acrescimos por inadimplementos	15.974	14.044	15.974	14.044
Variações monetárias ativas	19.891	16.958	19.900	16.976
Variações cambiais ativas	27.764	13.180	27.764	13.180
Outras receitas financeiras	1.063	1.063	1.147	1.099
Despesas financeiras	(55.240)	(122.343)	(55.245)	(122.348)
Juros e taxas sobre financiamentos internos	(27.152)	(32.773)	(27.152)	(32.773)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(10.515)	(16.076)	(10.515)	(16.076)
Variações monetárias passivas	(14.490)	(35.868)	(14.490)	(35.870)
Variações cambiais passivas	(3.083)	(37.626)	(3.083)	(37.626)
Outras despesas financeiras	-	-	(5)	(3)
Resultado financeiro líquido	9.452	(77.098)	9.540	(77.049)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apurados para os exercícios findos em 31/12/09 e 31/12/08 podem ser demonstrados como segue:

Conciliação do IRPJ e CSLL	Controladora			
	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	283.916	283.916	267.129	267.129
Adições (exclusões)				
Ajustes do regime tributário de transição - RTT	(76)	(76)	(2)	(2)
Contas a receber de entidades públicas	2.201	2.201	(1.470)	(1.470)
Depreciação da reavaliação	17.402	17.402	20.913	20.913
Despesa de juros sobre o capital próprio	(38.903)	(38.903)	(27.835)	(27.835)
Provisão para benefício pós-emprego	(2.342)	(2.342)	4.964	4.964
Provisão para contingências	20.715	20.715	(13.226)	(13.226)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	587	587	98	98
Provisão para PPR	-	-	(6.637)	(6.637)
Varição cambial	(19.673)	(19.673)	31.072	31.072
Outros	6.511	16.280	9.767	20.720
Base de cálculo	270.338	280.107	284.773	295.726
Compensação de prejuízos fiscais	(81.101)	(84.032)	(85.432)	(88.718)
Base de cálculo após compensação de prejuízos fiscais	189.237	196.075	199.341	207.008
Alíquota aplicável	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social antes das deduções	47.309	17.647	49.835	18.631
Deduções do IR e CS e outros ajustes	(1.438)	-	(1.012)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	45.871	17.647	48.823	18.631
Imposto de renda e contribuição social diferidos	435	2.422	(10.783)	(1.508)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	46.306	20.069	38.040	17.123

A CORSAN optou por adotar o regime tributário de transição - RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos. A Controlada apurou, em 31/12/09, R\$ 109 de contribuição social (R\$ 20 em 31/12/08) e R\$ 275 de imposto de renda (R\$ 32 em 31/12/08).

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Foram considerados, para fins de preparação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentados na rubrica "disponibilidades", os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa	6	1	6	1
Depósitos bancários	28.478	139.529	28.488	139.531
Aplicação de liquidez imediata	28.350	8.328	30.201	8.601
Disponibilidades	56.834	147.858	58.695	148.133

b) Pagamentos

Os seguintes pagamentos foram efetuados pela Controladora nos exercícios de 2009 e 2008:

	2009		2008	
	93.148	86.463	64.099	61.298
COFINS e PASEP	93.148	86.463	64.099	61.298
Imposto de renda e contribuição social	64.099	61.298	28.503	32.031
Juros de empréstimos e financiamentos	28.503	32.031		

28. SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Os serviços de auditoria independente foram contratados pela CORSAN junto a empresa HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES, mediante processo licitatório, conforme preceitua a legislação atinente e firmado contrato na data de 04/12/06, aditado nas datas de 29/04/08 e 06/05/09. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Incorporação da Controlada Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL

Encontra-se em análise na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a minuta do Projeto de Lei que trata da incorporação da Companhia de Indústrias Eletroquímicas - CIEL por parte da Controladora CORSAN.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Barrisul - Porto Alegre

www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 (Valores expressos em milhares de reais)

b) Rendimentos do Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado - SIAC
Em 04/01/10, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 15.047, referente a rendimentos do SIAC, do período de 29/09/06 a 27/01/09. O montante dos rendimentos acumulados em 31/12/09 é de R\$ 28.278, conforme nota 22 b.

c) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre CORSAN e Ministério Público - Promotoria de Rio Grande
Conforme descrito na nota 19, a CORSAN está efetuando o pagamento de indenizações administrativas e acordos judiciais para os moradores do Parque Marinha. Os valores pagos em 2010 totalizam R\$ 208.

d) Renovação de Contratos Programa
A Companhia renovou seis concessões municipais em 2010.

30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Atendendo a Deliberação CVM nº 505 de 19 de junho de 2006, as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2009 foram emitidas no dia 23 de fevereiro de 2009, conforme autorização da Diretoria da Companhia.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.

Luiz Ariano Zaffalon
Diretor Presidente
CPF nº 168.000.440-91

Carlos Julio Garcia Martinez
Diretor Administrativo, Financeiro e
de Relações com Investidores
CPF nº 191.267.600-10

Paulo Ricardo Rodrigues de Medeiros
Diretor de Operações
CPF nº 269.440.060-49

Luiz Ricardo Salgado Bragança
Diretor Comercial
CPF nº 207.507.570-00

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor Técnico
CPF nº 414.119.780-72

Sérgio Luiz Klein
Diretor de Expansão
CPF nº 269.098.390-72

Marra Rúbia Parmeggiani
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 045604/O-9
CPF nº 268.227.250-91

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Canoas, 24 de fevereiro de 2010.

Ilmos. Srs.
DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS de
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

- 1) Examinamos os balanços patrimoniais individual e consolidado da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e controlada, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido (controladora) dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN e controlada, em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) Conforme descrito na nota explicativa 7, tendo em vista disposições da Deliberação CVM nº 273/98 e Instrução CVM nº 371/02, a empresa efetuou, com base em estudo técnico de viabilidade, o registro contábil do ativo fiscal diferido, decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 53.652 mil, cuja realização está condicionada à geração futura de lucros tributáveis.
- 5) As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2008, apresentadas para fins de comparabilidade, foram também por nós auditadas sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas datado de 16 de fevereiro de 2009.

Carlos Frederico Reinehr
CRC/RS 019603/O-9
HLB AUDILINK & CIA AUDITORES
CRC/RS - 003688/T/SP/F/RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2009, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2009, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2010, contempla o pagamento sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os dividendos propostos de R\$ 54.229 mil, que deduzido o valor de R\$ 36.620 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de imposto de renda retido na fonte, corresponde a uma proposta de dividendos de R\$ 17.609 mil, assim demonstrada por ação, R\$ 0,12680 por ação ordinária e R\$ 0,13948 por ação preferencial. Os dividendos, a forma acima identificados, deverão ser pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social, conforme disposição legal contida na Lei 6404/76. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN. Porto Alegre, 25 de Fevereiro de 2010. Fernando Rodrigues, Vanderlei Kuhn, Sedinei Zen."

Vanderlei Kuhn

Fernando Rodrigues

Sedinei Zen

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e nove, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 26 de Fevereiro de 2010.

Flavio Marcelo Pinto Soares
Suplente do Presidente do Conselho

Luiz Ariano Zaffalon
Conselheiro

Joel de Mello e Araújo
Conselheiro

Oswaldir Ribeiro de Souza
Conselheiro

Tarso Antonio Bastiani
Conselheiro



ISO 9001:2008
FS 513963

"Contabilização e Elaboração das Demonstrações Contábeis da CORSAN"